



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**REPRESENTAÇÕES DA NEGRITUDE NO REPÓRTER
BRASIL**

TACIANA COSTA DOS SANTOS GUIMARÃES

Rio de Janeiro

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

REPRESENTAÇÕES DA NEGRITUDE NO REPÓRTER BRASIL

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social – Jornalismo.

TACIANA COSTA DOS SANTOS GUIMARÃES

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Becker

Rio de Janeiro

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

GUIMARÃES, Taciana Costa dos Santos.

Representações da negritude no Repórter Brasil. Rio de Janeiro, 2019.

Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo),
Escola de Comunicação – ECO –, Universidade Federal do Rio de
Janeiro – UFRJ.

Orientadora: Beatriz Becker

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Representações da negritude no Repórter Brasil**, elaborada por Taciana Costa dos Santos Guimarães.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Becker
Doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação – UFRJ
Departamento de Expressão e Linguagens – ECO-UFRJ

Profa. Dra. Marialva Barbosa
Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF
Departamento de Expressões e Linguagens – ECO-UFRJ

Prof. Dr. Igor Sacramento
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ
Departamento de Expressões e Linguagens – ECO-UFRJ

Rio de Janeiro

2019

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Maria do Rosario Costa. Esse trabalho é fruto do seu trabalho, da sua perseverança e do seu amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me permitir viver o sonho de estar na UFRJ e me fortalecer ao longo dessa jornada.

Aos meus pais, por sempre me incentivarem a estudar e a buscar o melhor para o meu futuro. Obrigada por terem me feito acreditar que seria possível.

Ao meu esposo, pela paciência e apoio dispensado durante a construção desse projeto.

À minha orientadora, pela dedicação e atenção, essenciais para que esse trabalho se tornasse realidade.

GUIMARÃES, Taciana Costa dos Santos. **Representações da negritude no Repórter Brasil**. Orientadora: Beatriz Becker. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2019.

RESUMO

O racismo estrutural que permeia a formação da sociedade brasileira pode ser percebido nas maneiras que a mídia representa a população negra. A televisão é o meio que mais reúne investimentos financeiros e o telejornal ainda é a principal fonte de informação para a maioria da população. Nesse sentido, torna-se relevante realizar uma leitura crítica do modo como a negritude é representada nos noticiários televisivos. Apesar dos canais de televisão serem concessões públicas, as emissoras privadas de televisão tendem a organizar a grade de sua programação sob uma lógica comercial para atender a anunciantes e as audiências. Como alternativa ao sistema privado, as emissoras de televisão pública deveriam produzir representações mais plurais e diversas da sociedade brasileiras. Nesse sentido, é fundamental compreender os modos como a TV pública atribui valores e identidades aos negros nos noticiários televisivos. A partir de contribuições de teorias de comunicação e de jornalismo, dos Estudos Culturais e de estudos de televisão e de telejornalismo este trabalho busca identificar como a população negra é representada no telejornal Repórter Brasil, telejornal veiculado na TV Brasil, integrante da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EBC).

Palavras-chave: telejornalismo; comunicação pública; negritude; representação.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mudança no cenário	38
Figura 2: Dados população negra	39
Figura 3: Identidade e Valores.....	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Síntese dos conceitos de Público, Educativo, Estatal e Privado.....	23
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Tempo de duração das matérias e presença da população negra	34
Gráfico 2: Inserção da negritude a partir das Editorias do Repórter Brasil.....	35
Gráfico 3: Enunciadores	37

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. SOCIEDADE, MÍDIA E NEGRITUDE.....	5
2.1. Sociedade e Racismo	5
2.2. Mídia e Negritude	10
3. TELEVISÃO, TV PÚBLICA E TELEJORNALISMO.....	16
3.1. Televisão e Poder	16
3.2. Comunicação Pública e representatividade	20
3.3. EBC e TV Brasil	23
3.4. Telejornalismo e (in) visibilidades.....	27
4. A NEGRITUDE NO REPÓRTER BRASIL	31
4.1. Descrição do objeto.....	31
4.2. Análise Televisual Quantitativa	33
4.3. Análise Televisual Qualitativa	40
4.4. Interpretação dos Resultados Alcançados.....	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

1. INTRODUÇÃO

A maneira como a mídia representa a população negra em suas produções é determinante para entender o racismo estrutural que permeia a formação da sociedade brasileira. O desenvolvimento e os usos de tecnologias digitais atuam diretamente nas relações sociais e nas formas de produção e consumo de informações. Porém, a televisão ainda é o principal meio de informação para a maioria da população e o telejornalismo é uma importante ferramenta para promoção de sentidos e atribuição de valores à experiência cotidiana e à diferentes grupos sociais.

Apesar dos canais de televisão serem concessões públicas, as emissoras privadas organizam a grade de sua programação sob uma lógica comercial, buscando atender a anunciantes e as audiências. Por sua vez, as emissoras de televisão pública, que atuariam complementando as demandas não atendidas pelos canais privados, nem sempre produzem representações mais plurais e diversas da sociedade brasileira. Nesse sentido, torna-se relevante compreender como a TV pública atribui valores e identidades aos negros nos noticiários televisivos.

O tema deste trabalho é a representação da população negra no telejornalismo da TV pública, com foco no noticiário Repórter Brasil, da TV Brasil. Estudar as representações da negritude no telejornalismo possibilita entender como a mídia oferece visibilidades e invisibilidades à população negra no Brasil. O objetivo desta pesquisa é verificar se, sob a perspectiva da comunicação pública ancorada na valorização da diversidade, o telejornalismo produz representações plurais da sociedade brasileira, tendo como foco a população negra.

Assume-se como hipótese que a representação da população negra no noticiário televisivo Repórter Brasil é, potencialmente, mais plural e atende às demandas de grupos sociais diversos não contempladas pela mídia tradicional, uma vez que a TV Brasil se apresenta como uma alternativa ao sistema privado de radiodifusão no país. Assim, esta pesquisa apresenta uma reflexão sobre a televisão, como principal sistema de comunicação do país; a comunicação pública, como vertente alternativa à mídia comercial e à estatal; e o jornalismo, na qualidade de objeto mais tradicional de transmissão de informação e, por consequência, formador de opinião.

A escolha deste tema também está atrelada a necessidade de se esmiuçar o conceito ainda controverso de Comunicação Pública e pouco abordado fora do ambiente acadêmico. Particularmente, eu só tive conhecimento dos ideais imbricados na programação da TV Brasil, da qual sempre fui espectadora, após ingressar na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nesses cinco anos do curso de Jornalismo, com toda certeza, aprendi muitas coisas que transformaram o meu modo de pensar e de ver o mundo. Escolhi tratar do compromisso da comunicação pública atrelado ao telejornalismo em meu Trabalho de Conclusão de Curso, pois acredito que seja um tema necessário e urgente para a sociedade.

Da mesma forma, compreendo que investigar as representações de afrodescendentes na mídia faz parte da minha vivência enquanto mulher negra e profissional de comunicação. Me aprofundar neste estudo, entender a formação da identidade negra no país e poder contribuir para uma reflexão sobre o racismo intrínseco na sociedade brasileira, é a minha forma de colaborar para a resistência da negritude no Brasil.

A pertinência desta pesquisa para a área da Comunicação e para o campo do jornalismo ainda se justifica por conta da abrangência de seu objeto de estudo: a representação da população negra no telejornal Repórter Brasil, da TV Brasil. Investigar esta temática implica pensar a televisão, o jornalismo e a comunicação pública, procurando identificar como os sentidos das notícias veiculadas neste noticiário televisivo sobre a negritude são construídos e influenciam a percepção da sociedade sobre este grupo específico.

Em síntese, este trabalho é relevante em decorrência da necessidade de se estudar como os negros são abordados nos meios de comunicação. Em tempos de constantes mudanças nas maneiras de se comunicar e de consumir informação, tentar entender o conceito de comunicação pública, repleto de variações e divergências, a televisão e o jornalismo é uma iniciativa importante para a minha formação e uma contribuição possível para os estudos de Comunicação Social.

Esta investigação está inserida nas atividades realizadas como bolsista do Programa Institucional de Bolsistas de Iniciação Científica, do grupo de pesquisa de Mídia, Jornalismo Audiovisual e Educação: diálogos possíveis, da UFRJ, liderado pela professora Beatriz Becker. Como bolsista, pude ter contato com a atividade de pesquisa e conheci o ambiente acadêmico por outro prisma, o que com certeza possibilitou o desenvolvimento mais apurado deste estudo. Tive ainda a oportunidade de participar da Semana de Iniciação Científica e apresentar parte dessa pesquisa. Compartilhar o conhecimento adquirido e perceber que a

Academia é um lugar de debate e construção de ideais, que podem e devem impactar a sociedade, foi uma experiência enriquecedora.

No capítulo 2, nomeado “Sociedade, mídia e racismo”, são abordadas as relações sociais que afetam as construções de identidades de grupos sociais. Tendo como base os conceitos apresentados por Stuart Hall, este capítulo percorre, brevemente, a história dos negros no Brasil e a forma como a mídia retrata a população afrodescendente. Estereótipos estabelecidos a partir do mito da democracia racial e alguns avanços que visam uma melhor representação do negro na mídia, como o Estatuto da Igualdade Racial, são também pontuados neste capítulo.

No capítulo 3 é apresentada uma reflexão sobre a televisão, a comunicação pública, o telejornalismo e sobre os modos como são produzidas significações sobre a população negra na sociedade brasileira. A partir de contribuições de Muniz Sodré, são discutidos o poder e a abrangência da televisão e como este meio de comunicação de grande alcance intervém na forma como determinados grupos são percebidos na sociedade. Neste capítulo é esmiuçado o conceito de Comunicação Pública, ressaltando a diferença entre público, privada e estatal, por meio de contribuições de diferentes estudiosos do tema. São apresentadas características da criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações e as disposições que determinam a representação da pluralidade nacional no conteúdo da TV Brasil. As maneiras como as minorias são representadas nos telejornais e os modos que os noticiários televisivos atribuem significados a estes grupos também são abordadas neste capítulo, considerando os critérios de noticiabilidade que regem a escolha de pautas e tomando como referência estudos de Nelson Traquina.

No capítulo 4, “A negritude no Repórter Brasil”, é realizada uma leitura crítica do telejornal Repórter Brasil, utilizando a metodologia da Análise Televisual desenvolvida por Beatriz Becker. Conectado aos conceitos apresentados anteriormente, serão estudadas 15 edições do telejornal em três períodos distintos, buscando verificar características da inserção do negro no noticiário e a forma de representação da negritude. Na aplicação da Análise Televisual, serão utilizados gráficos, de elaboração própria; imagens obtidas do noticiário, cujas edições estão disponíveis na plataforma da TV Brasil na internet¹; e

¹ Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil>. Acesso 17 nov. 2019

transcrições das falas de repórteres e entrevistados no formato de script. A descrição das três etapas deste percurso metodológico e a sistematização dos resultados são referidas adiante.

No capítulo 5 são apresentadas as Considerações Finais, apontando se a hipótese proposta foi alcançada e outras possibilidades de pesquisa para este tema. Em seguida, serão apresentadas as Referências Bibliográficas utilizadas nesta Monografia.

2. SOCIEDADE, MÍDIA E NEGRITUDE

Neste capítulo, é abordada a relação entre sociedade, mídia e negritude, tendo como base o conceito de identidade trabalhado por Stuart Hall. A partir de uma breve contextualização da posição ocupada pelo negro na sociedade brasileira, baseada no mito da democracia racial, é proposta uma reflexão sobre os modos como a mídia trata temáticas relacionadas à negritude. Observa-se que o Estatuto da Igualdade Racial sinaliza parâmetro relevante para a valorização da herança cultural da população negra pelos meios de comunicação.

2.1 Sociedade e racismo

O Brasil é um país multicultural de dimensões continentais. Seu vasto território foi ocupado por diferentes povos que expressavam diversas formas de convívio social, cultura e crenças distintas. O processo de colonização brasileiro se deu com base na supremacia europeia que impôs seu conceito de civilização a outros povos por meio da apropriação de terras, da exploração da força de trabalho e do extermínio. Muniz Sodré, utilizando a definição de Samuel P. Huntington, entende civilização como “a forma mais elevada de agrupamento pela cultura e o fator de identidade cultural mais amplo de que dispõem os povos, independentemente daquilo que os distingue das outras espécies” (SODRÉ, 1999, p. 18). A partir da civilização o sujeito toma consciência de sua identidade.

Legitimadas pela superioridade, as nações europeias destituíram os povos indígenas de suas próprias terras, enquanto africanos foram traficados em massa para serem explorados como força de trabalho escravo. Joel Rufino dos Santos define o racismo como um “sistema que afirma a superioridade de um grupo racial sobre outros” (SANTOS, 1984, p. 11). Neste contexto pode-se concluir que a estrutura social e cultural do país se estabeleceu baseada em um sistema racista.

O racismo é um comportamento que, segundo França (2006), ocorre desde as grandes descobertas do século XV, quando os povos ameríndios e negros foram considerados bestas pelos europeus. Como movimento, o racismo foi inaugurado em meados do século XVIII, com a popularização do discurso eugenista, sempre corroborado pela representação que a Igreja Católica fazia do bem e do mal: “o bem, a paz, o céu com cores claras; enquanto o

negro representava a impureza, o pecado, as trevas” (FRANÇA, 2006, p. 23), o que tornou inevitável a identificação do negro com o negativo.

Para Joel Rufino dos Santos, o que chamamos de raça é apenas um conjunto de características anatômicas: “cor da pele, a textura do cabelo; a altura média dos indivíduos, etc.” (SANTOS, 1984, p. 12). O autor aponta o conceito de “raça invisível” que são as características internas, que estariam por baixo da anatomia externa. Como a miscigenação sempre foi inerente as relações humanas, definir raça apenas pelas características físicas é antiquado e duvidoso (Ibidem).

Ao falar de identidade nacional, Stuart Hall também considera que a discussão sobre o que é raça transcende os aspectos físicos dos indivíduos, uma vez que essa forma de classificação envolve questões sociais.

A raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas - cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. - como marcas simbólicas, a fim de diferenciar um grupo de outro. (HALL, 2005, p. 63)

As características atribuídas a um grupo em uma determinada cultura estão diretamente ligadas a construção da identidade do mesmo que, geralmente, se dá por meio do discurso. Hall (2005) argumenta que as identidades nacionais são formadas e transformadas, por meio de representações, e as pessoas “participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional” (Ibidem, p. 48).

Entre os possíveis significados do termo representação, João Freire Filho (2004) destaca que este termo corresponde ao “uso dos variados sistemas significantes disponíveis (textos, imagens, sons) para “falar por” ou “falar sobre” categorias ou grupos sociais, no campo de batalha simbólico das artes e das indústrias da cultura” (Ibidem, p. 45). Conclui-se assim que o discurso utilizado para diferenciar grupos sociais, principalmente através da raça, define como o indivíduo é identificado em uma sociedade.

No Brasil, assim como em inúmeros países no mundo, a hegemonia europeia foi, por muito tempo, a cultura dominante. “A cabeça de uma sociedade é, em geral, feita pela sua classe dominante – com o objetivo duplo de manter seus privilégios e deixá-la dormir em paz” (SANTOS, 1984, p. 43). Tudo que era diferente do padrão cristão e branco foi, ao longo

dos anos, sendo esvaziado e marginalizado. Marginalização definida por Sodré como “a falta de atuação ou de participação nos esquemas sociais” (SODRÉ, 2010, p. 115).

Muniz Sodré defende que “o país não tem uma, duas três ou quatro identidades, mas uma dinâmica múltipla de identificações, evidenciadas pela forte heterogeneidade sociocultural da realidade sul-americana” (Idem, 1999, p.30). Porém, a permanência da prática escravagista durante séculos no Brasil corroborou para a afirmação da ideia de inferioridade da raça negra. Escravos foram social, cultural e economicamente afastados do convívio em comunidade. Com a abolição da escravatura não houve uma aproximação entre as populações branca e de ex-escravos. Assim, a segregação do povo negro permaneceu e foi fortalecida por meio do discurso de superioridade do branco, ainda que na ausência do apoio legal da escravidão.

Não há como falar de racismo sem ao menos citar o incipiente regime capitalista em formação no país que contribuiu para o fim da escravidão no Brasil. A libertação dos escravos foi, sobretudo, apoiada pelos ideais Iluministas: “o liberalismo econômico, a igualdade de direitos, de liberdade eram os objetivos a serem alcançados, mas que estavam emperrados graças ao sistema colonial e ao trabalho escravo” (FRANÇA, 2006, p. 28). Contudo, concomitante ao apoio à liberdade, pensadores Iluministas, propunham fortes articulações sobre a incapacidade intelectual do negro e estimularam a imigração de europeus, sob o pretexto de evitar o declínio econômico da sociedade brasileira.

Neste contexto, destaca-se a credibilidade atribuída a determinados autores e discursos em meados do século XX. Em um Brasil em busca de uma identidade nacional, o uso de argumentos teóricos que consolidassem a superioridade branca foi valorizado, ainda que sem comprovação científica (SANTOS, 1984). O conceito de democracia racial, popularizado a partir de Gilberto Freyre, foi, talvez, o mais relevante deles, tentando forjar a ideia de que no Brasil há uma unidade racial, onde a cor da pele não é uma barreira social. Para Joel Rufino dos Santos “o mito da democracia racial é uma forma brasileiríssima, bastante eficaz, de controle social” (Ibidem, p. 45).

Segundo Stuart Hall, “a maioria das nações consiste de culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta – isto é, pela supressão forçada da diferença cultural” (HALL, 2005, p. 59). No Brasil, a suposta democracia racial utilizou o argumento da mestiçagem, como uma justificativa para a unidade nacional. Porém, essa mestiçagem ocorreu, em grande parte, para promover o branqueamento da população, uma violência legitimada.

A teoria do branqueamento levou as autoridades brasileiras a aderirem políticas públicas de migração de grupos não negros para o país, revelando como a mestiçagem acabou sendo considerada “uma etapa transitória no processo de branqueamento” tornando-se uma “peça central na ideologia racial brasileira”, inviabilizando o “elemento negro” e “diluindo-o na população branca” (MUNANGA *apud* MACHADO *et al.*, 2019, p. 54)

O fato de não ter havido limites claros que separassem negros e brancos no território brasileiro, como na África do Sul e nos EUA, torna a reflexão sobre racismo uma tarefa ainda mais conflituosa. Em um país mestiço, como argumenta Liv Sovik (2005), os brancos tendem a desconsiderar determinadas denúncias de ordem racial, alegando que estas são feitas por quem não sabe entrar nos circuitos do poder. O discurso da mestiçagem age também como uma forma de isentar a classe dominante da culpa pelo passado de escravidão e suas consequências no cenário de injustiça atual (Ibidem).

Outro agravante neste debate, é que no Brasil a linha de cor geralmente se confunde com a linha de classe. Joel Rufino dos Santos explica que, à época da abolição, ao ser confrontada com a marginalidade e pobreza a elite brasileira se justificava com o argumento de que o país era pobre, por isso não havia oportunidade para todos e, quanto aos negros, a ascensão social demoraria para acontecer. Atualmente, o argumento que os exime de culpa é a própria escravidão, “se os negros estão embaixo, é porque foram escravos” (SANTOS, 1984, p. 52).

Florestan Fernandes (2008), ao estudar a sociedade paulistana, elenca cinco valores estabelecidos pela democracia racial:

1º - a ideia de que ‘o negro não tem problemas no Brasil’; 2º - a ideia de que pela própria índole do povo brasileiro, ‘não existem distinções raciais entre nós’; 3º - a ideia de que as oportunidades de acumulação de riqueza, prestígio social e de poder foram indistintas e igualmente acessíveis a todos [...]; 4º - a ideia de que ‘o preto está satisfeito’ com sua condição social e estilo de vida [...]; 5º - a ideia de que não existe, nunca existiu e nem existirá outro problema de justiça social com referência ao negro. (FERNANDES, 2008, p. 312)

Esses valores eram convenientes a cultura dominante, pois validavam a ideia de que os problemas sociais do país não teriam ligação direta com a raça. Assim, ao serem absorvidos pela sociedade brasileira, constituíram o discurso padrão a respeito das diferenças sociais, propagando e cristalizando uma série de estereótipos, entendidos aqui como “uma forma de controle social que facilita a união de alguns em uma ‘comunidade imaginária’” (FREIRE FILHO, 2004, p. 48), enquanto exclui o que não se encaixa. Essa discussão será

retomada adiante, mas já é possível entender que o processo de construção da identidade brasileira se deu sem considerar os desafios enfrentados pela população negra.

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso - um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a “nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. (HALL, 2005, p. 50)

Assim, a representação atribuída ao negro no Brasil forjou um sentido negativo sobre a negritude. Apesar da maior parte da população brasileira ser negra, a identidade cultural afro foi suprimida e sua representação social se tornou bastante restrita. Como explica Sodré, “a cultura dominante numa formação social é sempre a cultura da classe dirigente, embora não seja necessariamente a cultura predominante para a maioria da população” (SODRÉ, 2010, p. 120). Além disso, o discurso da classe dominante é sempre reforçado pelos meios de comunicação, impressos e audiovisuais, pois estes atendem ideologicamente ao Estado:

As relações sociais (políticas e ideológicas), como se sabe, não podem ser pensadas fora de sua condição de práticas de classes situadas em oposições. Por sua vez, os meios de informação (os *media*) constituem em seu conjunto um aparelho que realiza ideologicamente o poder de Estado [...] O aparelho informativo se articula ideologicamente com a classe que controla o Estado e se investe de sua estrutura, isto é, assume a forma geral do poder do Estado. (Ibidem, p. 21)

No Brasil, a herança escravagista resultou em práticas racistas, presentes nos discursos e representações sociais na mídia, que afetam diretamente a população negra e estão relacionadas a negritude, mestiçagem e branquitude (MACHADO *et al.*, 2019). Os meios de comunicação exercem um papel determinante na construção das identidades nacionais, pois, o sistema informativo “produz uma realidade particular, que tende a recobrir todo o espaço social, de maneira análoga à realidade físico-geográfica do território” (Ibidem, p.33).

Entendendo sistema de televisão ou sistema informativo como uma cadeia de atividades, percebe-se que a predominância da televisão como meio de comunicação em um território exerce, por meio de suas representações, expressivo poder na vida social da população. Os discursos jornalísticos, a maioria deles produzido por profissionais brancos e pertencentes a elite, tendem a colaborar para a perpetuação de ideias racistas que colocam o negro numa posição de inferioridade social, incapacidade intelectual e marginalidade.

Os resquícios da escravidão podem ser verificados pela existência de um racismo estrutural que abrange aspectos materiais e simbólicos, comprovado por índices de desigualdade socioeconômicos e educacionais e pela representação negativa ou estereotipada de negros na mídia (BECKER; SILVA, 2018, p. 209)

Contudo, Becker e Silva (Ibidem) ressaltam que o preconceito racial verificado nos veículos de comunicação é um reflexo de relações construídas em sociedade. Como Martín-Barbero afirma, referindo-se a televisão, ela “não opera pelo seu próprio poder, mas catalisa e radicaliza movimentos que estavam na sociedade previamente” (MARTÍN-BARBERO, 2001, p. 56). As tensões em torno da ideia de raça se dão entre os indivíduos na sociedade e são reforçadas pela abordagem da mídia sobre o tema. Dessa forma, a relação entre mídia e negritude exige maior aprofundamento, como será refletido em seguida.

2.2. Mídia e negritude

Partindo do entendimento de que, apesar de irreal, o conceito de democracia racial foi inculcado no imaginário social brasileiro, é possível perceber seus reflexos em diversos setores da sociedade. A relação entre mídia e negritude se dá na forma, ou nas formas, como a representação da população negra nos meios de comunicação contemplam, ou renegam, a identidade estereotipada atribuída ao afrodescendente. Por sua incontestável abrangência, estudar a televisão é determinante nessa tentativa de entender o racismo estrutural que permeia a formação da sociedade brasileira.

Nesse sentido, torna-se relevante retomar o conceito de estereótipo sistematizado por Freire Filho, articulado às abordagens de Walter Lippmann sobre esta questão. O autor estadunidense descreve estereótipo como algo necessário para haver ordem em uma sociedade altamente diferenciada. Contudo, para não reduzir o conceito e isentar seus disseminadores da prática de diferentes formas de preconceito, Walter Lippmann apresenta estereótipo também como “construções simbólicas enviesadas, infensas à ponderação racional e resistentes à mudança social” (LIPPMANN *apud* FREIRE FILHO, 2004, p. 47). Assim, Freire Filho conclui que:

Os estereótipos, a exemplo de outras categorias, atuam como uma forma de impor um sentido de organização ao mundo social; a diferença básica, contudo, é que os estereótipos ambicionam impedir qualquer flexibilidade de pensamento na apreensão, avaliação ou comunicação de uma realidade ou alteridade, em prol da manutenção e da reprodução das relações de poder, desigualdade e exploração; da justificação e da racionalização de

comportamentos hostis e, *in extremis*, letais. (FREIRE FILHO, 2004, p. 47)

Os estereótipos servem basicamente para manter as relações de poder existentes na sociedade. São estratégias ideológicas de construção simbólica que levam a naturalização de normas e convenções de conduta, identidade e valor impostas pelos grupos sociais dominantes (Ibidem). Como refletido no capítulo anterior, a identidade brasileira foi construída, em suma, com base na marginalização do negro e os conceitos atribuídos ao povo afrodescendente no país fortaleceram o racismo institucional.

Um exemplo disso é a leitura e escrita de escravos do século XIX. Marialva Barbosa (2010) ao estudar a relação da imprensa com os escravos, revela a existência de escravos leitores e letrados, contradizendo o senso comum de que, por conta das proibições legais de acesso à educação formal, escravos e ex-escravos seriam iletrados (Ibidem). O estudo aponta as diversas formas de comunicação estabelecidas pelos escravos que estão além do domínio do código escrito.

Imersos nesse universo cultural, os escravos, mesmo sem saber ler e escrever, fazem parte de um mundo letrado e compreendem e explicam o mundo também a partir dessa lógica. Portanto todos possuem, em maior ou menor grau, capacidade de letramento. Mas quando usam cotidianamente os códigos numéricos e alfabéticos para desempenhar as mais variadas tarefas, sua capacidade de entendimento dos códigos escritos é maior e é, nesse sentido que enfatizamos possuírem signos mais visíveis desse letramento. (Ibidem, p. 89)

Entendendo a imprensa como uma “instituição de controle social, servindo, prioritariamente, à própria estrutura de poder e agindo como veículo de manutenção da ordem vigente” (Ibidem, p. 111), Marialva Barbosa demonstra, por meio do resgate de diversos relatos documentados, a dualidade na forma como os jornais da época se referiam aos escravos, divididos entre o fervor abolicionista e anúncios de fuga e captura de escravos. Desde então, a relação entre a imagem ilustrativa e a realidade já revelava uma representação inferior do negro perante a sociedade, onde até mesmo no cenário abolicionista o escravo não é apresentado como sujeito ativo da narrativa.

Na maioria desses periódicos, que hoje são classificados como abolicionistas, os escravos estão ausentes. Apesar de publicarem libelos, algumas vezes contundentes contra o regime servil, a face dos cativos está definitivamente apagada, a não ser, como já enfatizamos, nos anúncios em que aparecem como simples mercadoria. (Ibidem, p. 107)

Assim, é possível perceber como a mídia atua, reforçando ideias que se naturalizam e passam a compor o imaginário popular a respeito de determinados grupos sociais. Neste contexto, a televisão age no que Sodré chama de “controle da fala”, onde a relação do meio com o ouvinte torna a processo de comunicação entre emissor e receptor abstrato, eliminando a possibilidade da resposta e dando origem a um poder absoluto, inédito na História: “a hegemonia tecnológica do falante sobre o ouvinte” (SODRÉ, 2010, p. 25).

O monopólio instituído pela televisão não se explica simplesmente pelo controle econômico das fontes de informação, mas pelo controle ideológico da fala, isto é, da possibilidade de resposta do ouvinte. A diversidade ou multiplicidade das fontes não quebra o monopólio, porque o essencial deste não está no controle dos meios de produção, mas do processo de significação, isto é, no controle do código (Ibidem, p. 42).

A reflexão sobre a influência e o poder da televisão na sociedade brasileira será retomada nesta monografia na página 16. Nesse momento, entretanto, é importante destacar que ao conectar o conceito de estereótipo adotado por Freire Filho, que atua na imposição de um discurso universal a fim de manter o poder hegemônico de um grupo, com a abordagem de Sodré a respeito do sistema de televisão, é possível perceber a relevância do que é apresentado nos programas televisivos.

Ao tratar da branquitude nos meios de comunicação, Liv Sovik (2002) ressalta que estes obedecem em suas programações a um ultrapassado projeto de nação que pressupõe na cultura hegemônica branca uma autoimagem positiva (Ibidem). A autora apresenta diversos exemplos que demonstram que na TV, ainda que um tema seja diretamente ligado a cultura negra, seu tratamento e veiculação estão amparados na presença de rostos brancos. Assim, para Sovik o lugar do branco no centro do poder está assegurado, mesmo com os avanços sociais conquistados pelo negro nas últimas décadas (Ibidem).

Os negros sempre resistiram à dominação que lhe era imposta. Essa resistência foi por muito tempo apagada, mas na atualidade há um crescimento considerável da mobilização em torno da luta contra o racismo. Alguns avanços legais permitiram uma maior conscientização da sociedade em torno de atitudes e comportamentos racistas.

Ações de combate à desigualdade e políticas afirmativas organizadas pelos movimentos sociais negros no Brasil, que emergiram com maior força a partir da década de 1970, têm corroborado com transformações neste cenário, buscando implantar políticas de redistribuição de recursos econômicos e o reconhecimento tanto dos problemas causados pelo racismo estrutural quanto da relevância da negritude para a constituição das identidades brasileiras. (BECKER; SILVA, 2018, p. 211).

A Constituinte de 1988, por exemplo, estabeleceu a nível nacional o crime de racismo como inafiançável e imprescritível, ao declarar que todos são iguais sem discriminação de qualquer natureza. No entanto, declarações de ódio com motivação racial ainda são comuns na atualidade. Talvez, a mais considerável conquista do movimento negro no país até hoje tenha sido a Lei de Cotas. Promulgada em 2012, a Lei Federal 12.711, tornou obrigatória a reserva de vagas para pretos, pardos, indígenas, alunos de escola pública e de baixa renda nas instituições federais de ensino superior e técnico. Em 2014, a política de cotas foi estendida aos concursos públicos de âmbito federal.

O Estatuto da Igualdade Racial foi um dos “dispositivos legais, que surgiu a partir da demanda da sociedade e dos diversos movimentos sociais para a promoção da igualdade racial” (CORREIA; MOURA, 2018, p. 3). Com o objetivo de “garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”, estabeleceu no capítulo 6 o acesso aos meios de comunicação como um direito fundamental dos negros no país (BRASIL, 2010).

O Estatuto determina uma maior valorização da cultura afro e incentiva a participação da população negra no conteúdo midiático, mas não especifica ações concretas para uma real mudança na produção audiovisual. Como lei, o Estatuto passa a ser um parâmetro na discussão de políticas públicas que atuem na diminuição das desigualdades sócio-raciais no Brasil (CORREIA; MOURA, 2018). Recentemente foi usado para nortear uma discussão referente a novela global “Segundo Sol”. O folhetim ambientado na Bahia, estado com o maior percentual de população negra do país – 76,3% de negros ou pardos declarados², foi acusado de ter uma baixa representação de negros em seu elenco.

O caso gerou polêmica e o Ministério Público do Trabalho emitiu uma série de recomendações para que a emissora realizasse alterações, não somente na novela em questão, mas em toda sua programação. O Estatuto da Igualdade Racial foi um dos dispositivos usados para embasar o procedimento³. Casos como esse confirmam que, apesar

² Mapa de Distribuição Espacial da População, segundo a cor ou raça – IBGE-SEPPPIR, 2013. Disponível em: http://geofp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_do_brasil/sociedade_e_economia/mapas_murais/brasil_pretos_pardos_2010. Acesso em: 9 de setembro de 2019.

³ Notificação Recomendatória/DIP/PRT1ª/Nº 163.181/2018. Disponível em: http://www.prt1.mpt.mp.br/images/Ascom/2018_05_11_notarecomendacaoglobo.pdf. Acesso em: 14 de outubro de 2019.

das mudanças, o negro, marginalizado durante toda construção social brasileira, permanece sendo silenciado na televisão (SODRÉ, 2010).

Percebe-se que os meios de comunicação ainda são atravessados por uma consciência eurocêntrica, onde o desejo de pertencer ao Anel Atlântico perpassa suas produções (Idem, 1999). Dessa forma é natural a preferência por figuras que representem o padrão desejado, ainda que fujam da realidade. “O Brasil urbano e cosmopolita, cujo universo sociocultural tende a ser representado pelos *mass-media*, contrapõe-se um Brasil de expressões culturais diversificadas ou heterogêneas” (Idem, 2010, p. 124).

Se a visibilidade dos negros cresce na mídia e eles podem se tornar celebridades, antigos padrões de representação cristalizados e formas antigas de discriminação permanecem, como a contínua demonização da juventude negra na cobertura sobre crimes e desordens em coberturas jornalísticas. (BECKER; SILVA, 2018, p. 209)

Este trabalho não pretende culpabilizar a mídia e a televisão pelos valores negativos atribuídos à população negra no Brasil. Contudo, sabe-se que a televisão cria vínculos através da elaboração de uma realidade baseada em um sistema de representações sociais que “servem para formar opiniões e comportamentos, ajustando-os à realidade tal como existe numa determinada formação social” (SODRÉ, 2010, p. 77).

Sodré apresenta quatro fatos necessários para o entendimento da dinâmica do sistema televisivo no Brasil:

1º) a ação do sistema televisivo é decididamente predatória com relação às formas populares de cultura (com exceção de algumas manifestações aderidas pelo Centro-Sul); [...] 2º) o monopólio da fala pelo sistema televisivo exerce a função da neutralização das possibilidades de expressão popular; [...] 3º) os valores culturais alternativos só podem ser percebidos pela tevê na forma de clichês exótico-pitorescos; [...] 4º) as variações culturais são encaradas como formas marginais de existência” (Ibidem, p. 128).

A partir desses valores, pode-se entender que enquanto a representação realizada pela televisão favorece um grupo, outro fica em desvantagem. A abrangência e poder do discurso televisivo limita a percepção da diversidade cultural do país e reduz o significado das manifestações que fogem do padrão estabelecido. Por outro lado, em busca de uma crítica válida, é necessário se distanciar da exclusiva visão negativa atribuída a televisão, observando, além de seu papel de cúmplice das desigualdades, sua função cultural. Como alerta Martín-Barbero, verifica-se:

A necessidade de uma crítica capaz de distinguir entre a indispensável denúncia da cumplicidade da televisão com as manipulações do poder e dos mais sórdidos interesses mercantis [...] e o lugar estratégico que a televisão ocupa nas dinâmicas da cultura cotidiana das maiorias, na transformação das sensibilidades, nos modos de construir imaginários e identidades. (MARTÍN-BARBERO, 2001, p. 26)

O autor propõe uma análise da televisão que considere os processos existentes na sociedade que convergem para transformações culturais, juntamente com a ascensão do meio. Assim, também as relações raciais precisam ser vistas não somente da perspectiva da atuação da mídia, mas pelas mudanças sociais que permeiam a contemporaneidade. Entendendo que as identidades culturais não são fixas e que as relações em sociedade são atravessadas pela atuação da mídia, mas não exclusivamente, no próximo capítulo será estudada mais profundamente a relação entre televisão e representatividade, com foco na comunicação pública e no telejornalismo.

3. TELEVISÃO, TV PÚBLICA E TELEJORNALISMO

Este capítulo reflete sobre a televisão, a comunicação pública, contemplando a diferença entre público, privado e estatal, e sobre o telejornalismo e suas relações com a construção de significados sobre a negritude na sociedade brasileira. É discutida a abrangência e poder da televisão enquanto tecnologia, forma cultural e meio de comunicação de grande alcance, bem como sua influência na maneira como determinados grupos são percebidos na sociedade. Ainda apresenta uma breve contextualização da história da comunicação pública no Brasil até a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações, chegando nas disposições que determinam a representação da pluralidade nacional no conteúdo da TV Brasil. Em função do objeto de estudo desta monografia, a linguagem e o papel do telejornalismo será destacado, observando os modos como são atribuídos valores e identidades à população negra nos noticiários televisivos, sobretudo no Repórter Brasil, e os critérios de noticiabilidade que regem a escolha de pautas. Assim, pretende-se apontar como os afrodescendentes são representados neste telejornal, o principal programa jornalístico da TV Brasil.

3.1 Televisão e poder

Presente em 96,7% dos domicílios particulares permanentes do Brasil⁴, a televisão é o principal meio de acesso à informação e ao entretenimento da população. Sendo assim, para entender a sociedade brasileira é indispensável refletir sobre sua influência e poder. Desde sua chegada ao país em 1950, a televisão tem exercido papel fundamental na construção de nação, sobretudo, em decorrência de sua capacidade de alcance em quase todo o país. Benedict Anderson (2008) define nação como uma “comunidade política imaginada” - intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Imaginada porque seus membros nunca a conhecerão por completo e é constituída por discursos; limitada porque mesmo a maior delas, possui fronteiras finitas; e soberana porque o Estado Soberano é a garantia da liberdade. Para o autor, “independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (ANDERSEN, 2008, p. 34). Nesta concepção de nação, a língua, o capitalismo

⁴PNAD 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101631>. Acesso em: 9 de setembro de 2019

e a imprensa tem grande destaque como ferramentas para projetar a representação dessa comunidade imaginada.

O que tornou possível imaginar as novas comunidades, num sentido positivo, foi uma interação mais ou menos casual, porém explosiva, entre um modo de produção e de relações de produção (o capitalismo), uma tecnologia de comunicação (a imprensa), e a fatalidade da diversidade linguística humana. (ANDERSEN, 2008, p. 78)

A popularização da imprensa corroborou para unificar a ideia de nação no Brasil. No contexto de transformações tecnológicas, a televisão tem desempenhado papel importante na organização das relações socioculturais. Sodré afirma que a televisão “contém virtualmente todas as funções preenchidas pelos veículos precedentes e abrange um vasto número de possibilidades de expressão audiovisual” (SODRÉ, 2010, p. 28). Ao mesclar áudio e imagem, a TV exerce um fascínio sobre o público diferenciado dos meios de comunicação precedentes a ela e ainda estabelece uma relação de intimidade familiar que disfarça “sua condição de veículo eletrônico vinculado a um sistema produtor de mensagens cujo verdadeiro estatuto é o da expropriação da palavra do público” (Ibidem, p. 58).

Raymond Williams, entretanto, destaca que para entender como a televisão alterou o nosso mundo, é necessário vê-la por um prisma oposto ao determinismo tecnológico. Ele argumenta que “as novas tecnologias são descobertas por um processo essencialmente interno de pesquisa e desenvolvimento, que define as condições para a mudança social e progresso” (WILLIAMS, 2016, p. 26). Assim, a televisão seria um “subproduto de um processo social determinado por outras circunstâncias” (Ibidem). O autor relaciona o invento televisivo à eletricidade, telegrafia e fotografia, demonstrando que a televisão é um fenômeno tecnológico e argumentando que a história social da radiodifusão está diretamente ligada a necessidade de uma “tecnologia de comunicação moderna” para uma “sociedade expandida, móvel e complexa” (Ibidem, p. 32).

Williams também define a televisão como forma cultural. Segundo Becker (2019), o autor aponta que a TV concentra “tanto formas derivadas de outros tipos de atividades culturais quanto inovadoras” (WILLIAMS *apud* BECKER, 2019, p. 70). Assim a análise da Televisão “não deve ser reduzida ao seu controle ou a efeitos homogêneos, uma vez que há aqueles que são previstos e outros não” (Ibidem). Nesse sentido, compreende-se que o surgimento e o desenvolvimento da televisão estão relacionados a questões complexas referentes não somente ao desenvolvimento tecnológico, mas também à cultura, política e mercado.

As transformações econômicas ocorridas no país desde 1930 adotaram como estratégia para o crescimento nacional o investimento do excedente econômico na produção de bens de consumo. Essa política gerou uma intensa produção de tecnologia “na forma de equipamentos e máquinas, pelos monopólios internacionais” (SODRÉ, 2010, p. 88). Segundo Marialva Barbosa (2013), havia também uma disputa entre norte americanos e alemães para definir a posição brasileira na guerra ainda por vir. Nesse contexto a televisão foi apresentada como atração principal durante uma feira realizada no Rio de Janeiro, em 1939, com aparelhagem trazida da Alemanha e financiada pelo Departamento Nacional de Difusão Cultural (BARBOSA, 2013). A autora apresenta alguns argumentos utilizados em anúncios publicitários que apresentam a televisão, antes mesmo do aparelho ser comercializado no país, como uma tecnologia inovadora que, desde então, passou a ocupar o imaginário da população.

Tecnologia que insere definitivamente o país na modernidade; possibilidade decorrente da capacidade inventiva do homem; ampliação da reprodução sobre a forma de verdade das imagens do mundo; meio mais completo do que a radiotelegrafia que permitiu a eclosão das ondas sonoras nos espaços domésticos. (Ibidem, p. 271)

A primeira transmissão televisiva no Brasil só ocorreu em 1950, pela TV Tupi Difusora de São Paulo, do Diários Associados. Assis Chateaubriand, dono da emissora, distribuiu cerca de 200 aparelhos receptores pelas ruas de São Paulo, marcando a inauguração da TV no país. “Esse primeiro momento caracteriza-se pelo improvisado, pela pouca disponibilidade de receptores, em função também de seus altos custos, e, sobretudo, pela experimentação de uma nova linguagem que levaria, pelo menos, duas décadas para se estruturar” (Ibidem, p. 273).

A televisão chega ao Brasil numa lógica totalmente elitista, se tornando um item de luxo, destinado a uma minoria, tanto de receptores, quanto de produtores. A modernização trazida pelos avanços tecnológicos foi permeada pela marginalização, ou seja, pela falta de participação de determinados grupos nos esquemas sociais (SODRÉ, 2010). Contudo, deve-se considerar que todas as tecnologias chegam a sociedade dessa forma, no entanto, o que torna a TV singular no processo de globalização é um duplo movimento apontado por Martín-Barbero devido ao “seu instalar-se em não importa em que região ou país como elemento exógeno às heranças culturais e às demandas locais e ao seu converter-se em conector universal dentro do global, em dispositivo estrutural de produção em escala planetária” (MARTÍN-BARBERO, 2001, p. 31).

A televisão foi imaginada para ser inserida em um ambiente de reunião coletivo, no qual a voz emitida pelo aparelho, se confunde com o som da audiência (BARBOSA, 2013). Assim, o novo meio de comunicação se tornou um membro da família brasileira e mesmo hoje com os avanços tecnológicos e o crescimento da internet, "algo permanece inalterado no que diz respeito ao *medium* televisivo: a confirmação de sua verdadeira vocação como síntese hegemônica dos discursos, das práticas artísticas, das diferentes possibilidades de linguagem" (SODRÉ, 2010, p. 10).

Com a ampliação do consumo industrial, a televisão entrou no mercado publicitário e a disputa pela maior audiência passou a nortear todo sistema. A inserção da publicidade no setor televisivo fez com que conteúdo das emissoras passasse a caminhar em favor do capital. Nessa lógica a TV se tornou um instrumento de hegemonia ideológica, apresentando geralmente aquilo que seria comercial e silenciando culturas que não representassem retorno financeiro (Ibidem). As transmissões televisivas tendem a transmitir agendas e perspectivas de grupos de maior poder, geralmente apresentados como valores e princípios naturais ou resultantes do senso comum. Por outro lado, a televisão também reflete e legitima práticas culturais da sociedade, ainda que modelando essas aspirações e ações com o objetivo de valorizar a sua própria mediação como ator social relevante. (BECKER, 2009).

No Brasil, o sistema de radiodifusão se consolidou sendo explorado majoritariamente pela iniciativa privada, adquirindo assim um caráter comercial (RIBEIRO; MANIERI, 2012), tornando-se um dos setores de negócios mais concentrados, coexistindo com frágeis setores e organizações públicas e civis. Como aponta Martín-Barbero:

O fortalecimento do privado se manifesta tanto na inserção da televisão nas lógicas comerciais quanto em sua constituição como uma das indústrias contemporâneas mais significativas, pelos graus de investimento econômico que maneja, por sua integração com outras áreas da economia, pela diversificação dos mercados e pela racionalização de seus processos de produção. (MARTÍN-BARBERO, 2001, p. 67)

Neste contexto, restam poucas opções para consolidação das emissoras de televisão públicas, que tendem ou a adaptar-se “às condições do mercado, ingressando como outros atores na concorrência comercial, ou persistem em manter relações com os Estados e os governos, que já não estão muito dedicados a subsidiá-las” (Ibidem, p. 68), como será abordado em seguida. Contudo, as emissoras de televisão pública ainda são uma alternativa para um sistema de comunicação que visa os interesses do mercado, pois carregam em sua

base ideológica o compromisso de apresentar uma programação com maior variedade de temas, visando atender à pluralidade de interesses e à diversidade da população.

3.2 Comunicação pública e representatividade

A programação da televisão propõe de diferentes formas modos de ver a experiência e os grupos sociais. Porém, a TV também promove aspirações de grupos sociais distintos, difundindo formas culturais peculiares. As significações desses discursos dependem da interpretação dos espectadores. Entretanto, grande parte da programação popularizada na televisão não favorece a pluralidade das vozes. Atualmente, existem ferramentas e programas que abrangem narrativas das minorias sociais, principalmente em serviços de streaming, a cabo, internet e, até mesmo, em grandes reportagens exibidas pelos canais abertos. No entanto, apesar de mais de 54% da população brasileira se autodeclarar negra ou parda⁵, uma pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ) demonstra que nas telenovelas brasileiras 91,3% dos personagens centrais foram representados por atores e atrizes brancos⁶ de 1984 até 2014. Assim, percebe-se a representação privilegiada desse grupo nas telas.

Desde a chegada da televisão no Brasil os canais foram controlados por empresas privadas que, dentro da lógica comercial, tratam a audiência como massa, buscando assim “o gosto médio para que seus conteúdos possam atingir a atenção do maior número possível de pessoas” (MOYSES *et al.*, 2009, p. 33). Embora as emissoras de TV disputem cada vez mais a atenção do público na atualidade, essa tendência mercadológica se consolidou como padrão da produção televisiva no país e as primeiras experiências de TV pública surgiram como alternativas a este modelo.

É necessário entender que o compromisso público é inerente a atividade comunicacional. No campo da radiodifusão, a exploração das ondas eletromagnéticas é cedida pelo Estado para o uso privado. Esse modelo de concessão garante o compromisso das emissoras de rádio e TV com a sociedade. O Artigo 221 da Constituição Federal

⁵ Agência de notícias IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>. Acesso em: 18 de outubro de 2019.

⁶Televisão em Cores? Raça e sexo nas telenovelas “Globais” (1984-2014). Disponível em: <http://gemmaa.iesp.uerj.br/textos-para-discussao/tpd10novelas/>. Acesso em: 2 de novembro de 2019.

estabelece alguns parâmetros para o tipo de serviço de radiodifusão que deve ser oferecido para a população.

I – Preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; II – promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; III – regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei.⁷

Mesmo com esse compromisso legal, o conteúdo veiculado nos meios de comunicação tendem a favorecer interesses econômicos em detrimento do interesse público. “A TV pública seria assim, potencialmente, uma alternativa para que esses direitos do cidadão à cultura e a conteúdos educativos nos canais televisivos saiam do papel para se tornar algo concreto” (VIEIRA *et al.*, 2014, p. 4).

Antes da Constituição de 1988, já havia uma consciência de que a televisão poderia ser utilizada como veículo educativo, além de oferecer programas de entretenimento e informação. Na década de 1960, o governo militar promoveu a criação de emissoras públicas com caráter educativo devido à crescente demanda por qualificação profissional no país, que experimentava uma industrialização acelerada (VALENTE, 2009a).

Na esfera da comunicação pública, espera-se que o compromisso com o espectador seja concretizado, por meio da veiculação de conteúdos que expressem e contextualizem uma sociedade constituída por diferentes realidades (MATOS, 2010). Assim, o conteúdo da programação da TV pública, pressupõe a presença de uma maior variedade de elementos audiovisuais que demonstrem a diversidade social e cultural do país. Espera-se também que a comunicação pública atue em complementaridade com as esferas privada e estatal, conforme determina a Constituição de 1988, adotando, por exemplos, critérios que privilegiam as minorias não alcançadas na programação das emissoras de TV privadas.

Segundo a definição de Cunha, a radiodifusão comercial é “uma atividade empresarial e economicamente rentável, necessitando obter audiência, vender espaço publicitário e patrocínios para assim se manter e, portanto, ela tenderá a veicular assuntos com apelo comercial” (CUNHA *et al.*, 2016, p. 114). Já a TV Estatal, teria como missão a “divulgação das ações do Governo Federal, políticas governamentais, assim como a divulgação das atividades da presidência” (Ibidem, p. 114). Os indicadores de qualidade da Unesco definem como veículo de mídia governamental, a empresa estatal “cujo vínculo

⁷Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 9 de setembro de 2019.

administrativo se dá com o Poder Executivo e esse vínculo implica subordinação, expressa ou velada” (BUCCI *et al.* *apud* NITHARA; LUZ, 2019a, p. 96).

Cabral afirma que uma emissora pública, assim como as emissoras do sistema estatal, deve promover o serviço público, imbuída do caráter e do interesse público no âmbito de sua programação e, especificamente, de seus programas e conteúdo. O compromisso com assuntos e abordagens relacionados ao conjunto da sociedade precisa ser permanente e até a gestão “precisa assimilar princípios públicos de diversidade e pluralidade na sua concepção e formação, afirmando espaços para o fomento de autonomia, empoderamento, protagonismo social” (CABRAL, 2012, p. 6). Os critérios básicos para a comunicação pública são:

- 1) independência editorial e financeira; 2) autonomia dos órgãos de governança; 3) pluralidade, diversidade e imparcialidade da programação; 4) claro mandato de serviço público, estabelecido em documentos legais pertinentes; 5) prestação de contas (accountability) junto ao público e junto aos órgãos reguladores independentes. (BUCCI *et al.*, *apud* NITHARA; LUZ, 2019a, p. 96)

Contudo, a definição de comunicação pública ainda é muito controversa. Sobretudo no Brasil, cuja discussão e implementação desse sistema é muito recente. Cabral aponta duas expressões que costumam confundir a finalidade do sistema público de comunicação: privado não-comercial ou público não-estatal (CABRAL, 2012). Para o autor, o interesse e o caráter do sistema público são suficientes para distingui-lo do primeiro termo. Contra a segunda abordagem, basta afirmar a capacidade da sociedade, organizada em grupos sem fins lucrativos, distintos do Estado e seu sistema estatal de comunicação, de gerir um sistema de comunicação do povo, do público por sua própria natureza.

Destacam-se aqui seis concepções para mídia pública: elitista; educativa; pública não-estatal; pública como alternativa à mídia comercial; culturalista; aparelhos de Estado (MOYSES *et al.*, 2009). O modelo que tentou se estabelecer no Brasil mescla as abordagens pública não-estatal e pública como alternativa à mídia comercial. Na primeira, a mídia pública seria independente “em relação ao governo, que não deve interferir no conteúdo da emissora, e aos princípios mercadológicos, cuja dependência do mercado poderia comprometer o papel de mediar os debates entre os cidadãos” (COUTINHO; FILHO, 2016, p. 4).

A segunda pauta-se na perspectiva de atender as “demandas informativas não contempladas pelos veículos comerciais” (MOYSES *et al.*, 2009, p. 32). Parte do princípio

de que o cenário de hegemonia no qual os meios de comunicação estão inseridos gera um enviesamento na produção do conteúdo, desfavorecendo aspectos culturais e sociais do país. A TV pública como alternativa a esse sistema deve “mirar na multiplicidade de públicos e dialogar com as demandas informativas e culturais de cada um deles”, fazendo da diversidade um dos seus principais pilares (MOYSES *et al.*, 2009, p. 33).

A partir destas definições, no quadro abaixo, elaborado pela autora, buscou-se sintetizar os conceitos de Comunicação Pública, Educativa, Estatal e Privada, pontuando as principais características que diferem os sistemas.

Tabela 1. Síntese dos conceitos de Público, Educativo, Estatal e Privado

	PÚBLICO	EDUCATIVO	PRIVADO	ESTATAL
VINCULO	Sociedade	Sociedade e setores educativos	Mercado	Poder Executivo
OBJETIVO	Complementar o sistema privado e estatal	Proporcionar qualificação profissional, por meio do ensino	Audiência	Atender demandas do Governo vigente
FINANCIAMENTO	Estado	Privado ou Estatal	Privado, por meio de publicidade e investidores	Estado
PROGRAMAÇÃO	Com foco na diversidade cultural e social do país, apresentando temas de interesse do cidadão	Conteúdo educativo, voltado para disciplinas escolares	Direcionada para atrair audiência e, conseqüentemente, anunciantes	Com foco na divulgação de atos, programas oficiais e políticas públicas
GESTÃO	Participativa, integrada à setores da sociedade civil	Privada ou Estatal	Privada	Estatal

3.3. EBC e TV Brasil

A criação da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) foi uma tentativa de implantar um sistema de comunicação com os conceitos apontados acima, atendendo a demanda da sociedade por conteúdo televisivo comprometido apenas com a sociedade civil, sem compromisso ideológico com representantes do Estado ou com mercado. Antes do surgimento da EBC não havia um sistema público de comunicação no Brasil. Ocorriam

experiências isoladas de caráter não-comercial, que não estavam organizadas em torno de um sistema ou com base em uma política para essa modalidade de comunicação (VALENTE, 2009b). Criada em 2007, por meio da Medida Provisória 398/2007, posteriormente substituída pela lei 11.652/2008⁸, a EBC incorporou o patrimônio e equipe de diversos canais de comunicação do governo federal e de alguns estados.

Além da complementaridade, o decreto criador da EBC determina que a informação fornecida pela rede se dê por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo. Este Decreto também define que a programação tenha finalidade educativa, artística, cultural, científica e informativa, estimulando a produção regional e independente (BRASIL, 2008). Esses aspectos explicitam o caráter público do sistema, que não foca nos interesses do mercado, mas sim em um conteúdo que alcance diferentes esferas da sociedade.

Há também a determinação pela participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira. Para tanto, originalmente o modelo de gestão da EBC era composto por três conselhos: administrativo, financeiro e curador, além de uma diretoria executiva. O Conselho Curador seria justamente o órgão representante da sociedade dentro do sistema público de comunicação. Composto por 22 membros, 15 indicados pela sociedade, quatro pelo Governo, um pela Câmara, outro pelo Senado, além de um representante dos funcionários da emissora, a função do Conselho era fiscalizar o cumprimento dos objetivos da empresa e deliberar sobre sua linha editorial (VIEIRA *et al.*, 2014).

As funções do Conselho eram o de zelar pelos princípios e pela autonomia da EBC, impedindo que houvesse ingerência indevida do Governo e do mercado sobre a programação e gestão da comunicação pública; e representar os anseios da sociedade, em sua diversidade, na aprovação das diretrizes de conteúdo e do plano de trabalho da empresa. (NITAHARA; LUZ, 2019b, p. 13)

Além dessas prerrogativas, o Manual de Jornalismo da empresa⁹, aprovado em 2012, apresenta claras orientações sobre priorizar direitos humanos e minorias, exibir histórias e dar voz a quem não tem na mídia comercial. Também proíbe a objetificação da mulher, exploração da desgraça alheia e o sensacionalismo (Ibidem).

⁸ Lei 11.652/2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm. Acesso em 11 de novembro de 2019.

⁹Manual de Jornalismo EBC. Disponível em http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/manual_de_jornalismo_ebc.pdf. Acesso em 14 de novembro de 2019.

A TV Brasil se originou da junção da TV Nacional de Brasília e das TVs Educativas do Rio de Janeiro e do Maranhão. Começou a veicular sua programação em 2 de dezembro de 2007 e foi criada “para ser a primeira televisão efetivamente pública de dimensão nacional do país, com um perfil voltado para o jornalismo e programas culturais, do local ao internacional” (VALENTE, 2009a, p. 275). Atualmente o sinal da TV Brasil é retransmitido por emissoras em todo o país integrantes da Rede Pública de Televisão, com 50 emissoras geradoras e mais de 700 retransmissoras, e está disponível nos pacotes básicos de TV por assinatura e para livre captação por antena parabólica (NITAHARA; LUZ, 2019b, p. 1).

A emissora é a única TV aberta que oferece conteúdo infantil e é uma das que mais exhibe cinema nacional; veiculou novela e desenho só com personagens negros; tem o primeiro programa LGBT da TV aberta; oferta jornal em libras, programa de música clássica, debate sobre a mídia e espaço para artes da periferia. Teve bons índices de audiência com a transmissão da Série C do Campeonato Brasileiro de Futebol e com o Desfile das Campeãs do Carnaval do Rio de Janeiro. (Ibidem, p. 13)

Destacam-se aqui três grandes dificuldades enfrentadas pela EBC e, conseqüentemente, pela TV Brasil: a legitimidade perante a sociedade civil, a forma de gestão e o financiamento. Apesar das primeiras experiências de comunicação pública no Brasil datarem da década de 30, ainda no rádio, a efetivação do sistema público atuando em paralelo a mídia privada é muito recente e pouco conhecida pela população. O histórico monopólio da mídia privada no setor desde a chegada do aparelho televisivo ao país, como citado no capítulo anterior, dificulta a absorção dos ideais públicos da emissora pela população. Jonas Valente aponta algumas medidas que podem melhorar a visão da sociedade sobre a EBC.

Oferta do sinal ao maior número de pessoas; a promoção da participação da sociedade em sua “engrenagem”; a implementação de políticas que espelhem a pluralidade e a diversidade brasileira em todas as suas formas (cultural, étnica, de gênero, de classe etc.) e a construção de uma programação que seja diferenciada, mas que não deixe de dialogar com os padrões estéticos historicamente constituídos na cultura brasileira. (VALENTE, 2009b, p. 310)

Quanto a gestão, esbarra-se na efetiva participação da sociedade nas decisões que envolvem o sistema público de comunicação. O autor critica a formação do Conselho Curador devido os membros serem indicados pelo poder Executivo sem critérios objetivos, prejudicando a autonomia do órgão (Ibidem). Apesar disso, o Conselho era o órgão que permitia algum protagonismo a sociedade civil. Contudo, sua extinção em 2016, por meio

da Medida Provisória 744, limitou ainda mais uma atuação concreta da sociedade no sistema. A MP desconfigurou o caráter público da EBC, retirando o mandato do diretor-presidente e vinculando a empresa diretamente à Casa Civil da Presidência da República (NITAHARA; LUZ, 2019a).

Talvez a maior barreira para consolidação da EBC seja a autonomia, garantida por lei, em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo (BRASIL, 2008). O atual modelo de financiamento da rede a vincula diretamente ao Estado, tornando o sistema vulnerável a oscilações orçamentárias que prejudicam seu conteúdo e qualidade. A forma de financiamento da mídia pública é um fator determinante para independência, distribuição e condições de produção e veiculação de programação (VALENTE, 2009b).

A autonomia da empresa sempre foi prejudicada pelo fato de ter seu financiamento majoritário da União, a vinculação direta à Secretaria de Comunicação da presidência da República e o Conselho de Administração (Consad) composto por maioria de membros do governo. (NITAHARA; LUZ, 2019a, p. 13)

No Brasil, a legislação proíbe a veiculação de anúncios publicitários nas emissoras públicas e estabelece como fontes de receitas da EBC as “dotações orçamentárias, a prestação de serviços, doações, distribuição da publicidade legal do poder executivo, apoios culturais, publicidade institucional, receitas obtidas por meio de leis de incentivo à cultura e ao audiovisual” (VALENTE, 2009a, p. 281). Contudo, a falta de legitimação perante a sociedade inviabiliza a possibilidade cobrança de taxas ou impostos a população para sustentar a EBC.

Para além dessas questões, o conteúdo veiculado pela mídia pública deve representar diferentes camadas sociais, não se submetendo as pressões e exigências mercadológicas. “O interesse do público deve ser a referência de produção, assim, a necessidade de promover informação que represente as pluralidades e que atenda aos anseios da sociedade. Nesse sentido, a questão da liderança de audiência, o grande objetivo das TVs comerciais, fica em segundo plano” (COUTINHO; FILHO, 2016, p. 6).

A diversidade é uma questão fundamental na comunicação pública, pois “as visões de mundo e os estilos de vida representados na comunicação massiva tendem a influenciar valores e práticas essenciais na vida social” (HUGHES *apud* BECKER, 2009, p. 104). A variedade de programas e conteúdos destinados a audiências distintas e a descentralização

dos meios, certamente, são essenciais para o fortalecimento da democracia e para a qualidade das informações jornalísticas (BECKER, 2009).

Ao contrário das emissoras privadas, as públicas não investem em conteúdo para disputar com as redes comerciais, mas para buscar uma diferenciação, por meio do conteúdo de telejornais, debates e programas culturais e infantis de qualidade (VALENTE, 2009a). Neste sentido, o telejornalismo nas emissoras públicas deveria conter mais assuntos de interesse público, inserindo o cidadão, e não atendendo a interesses particulares de parcela da sociedade (VIEIRA *et al.*, 2014, p. 4).

No entanto, mesmo com esse compromisso intrínseco com a sociedade, as emissoras públicas e, por consequência, os seus programas jornalísticos, não alcançam índices de audiência suficientes para concorrerem diretamente com as emissoras privadas. Isso ocorre, em grande parte, porque o modelo de exploração comercial, que valoriza uma programação generalizada, em busca de quantidade e não de qualidade, é majoritário no país. Considerando a oferta de alternativas de qualidade e responsabilidade social para o cidadão como a premissa mais importante defendida pelo jornalismo público (MATOS, 2010), este trabalho estudará o telejornal Repórter Brasil, veiculado pela TV Brasil, buscando entender os modos como são atribuídos valores e identidades à população negra no noticiário.

O conhecimento produzido pelo jornalismo se torna confiável na medida em que cria métodos e processos que sustentam a veracidade dos seus relatos, envolvendo o rigor e pluralismo de visões, a objetividade e clareza na apresentação dos fatos e a imparcialidade na seleção do que deve ser relatado (LISBOA; BENETI, 2015). Nesse sentido, é relevante pensar os critérios que regem a prática jornalística e entender como estes afetam a visibilidade dos grupos sociais, sobretudo, no telejornalismo produzido pelo Repórter Brasil, como destacado abaixo.

3.4 Telejornalismo e (in)visibilidades

O jornalismo é uma “atividade responsável por gerir a circulação de informações a serviço da coletividade” (MATOS, 2010, p. 2). Assim, por meio de seus discursos, o jornalismo procura informar à sociedade sobre acontecimentos relevantes da vida social. Becker (2009) aponta que “a informação de fatos relevantes para a sociedade é ponto central da atividade jornalística e pressupõe um respeito ao interesse público, um compromisso com

a divulgação do que sirva para benefício comum, ou do que se imponha como necessidade coletiva" (BECKER, 2009, p. 107).

Esses objetivos, segundo Silvia Lisboa e Marcia Benetti (2015), independem da natureza do sistema no qual o jornalismo se insere. A prática jornalística é uma forma de conhecimento relevante para a sociedade, quando as informações são trabalhadas com rigorosa apuração e os fatos são relatados com ética, clareza e objetividade. Para as autoras, a verdade e a justificação sustentam a credibilidade do discurso jornalístico. A verdade está amparada na relação do jornalismo com o real e se consolida à medida que o leitor consegue aferir o grau de fidelidade entre o relato jornalístico e o fato em si. A justificação são os métodos e processos de apuração, perceptíveis ao leitor, que tornam o jornalismo confiável (LISBOA; BENETTI, 2015).

Assim, o jornalismo traduz a experiência cotidiana e tece um espaço de visibilidade de aspirações sociais. As práticas jornalísticas têm uma função pública, o compromisso da prestação de um serviço de informações a sociedade independente e plural. A principal fonte de informação da maioria da população na atualidade¹⁰ ainda é o telejornalismo, que alcançou uma posição de grande influência na sociedade e contribui para a construção social da realidade (MATOS, 2010).

Nesse sentido, é importante refletir sobre os critérios utilizados para seleção do que é noticiável nos telejornais. Nelson Traquina aponta noticiabilidade como “o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia” (TRAQUINA, 2005, p. 63). Assim, os critérios de noticiabilidade são compostos por valores-notícia que determinam se um acontecimento está apto para ser transformado em matéria noticiável. O autor divide os valores-notícia em duas categorias: os de seleção, subdivididos em substantivos e contextuais; e os de construção.

Os valores notícia de seleção referem-se aos critérios que os jornalistas utilizam na seleção dos acontecimentos, isto é, na decisão de escolher um acontecimento como candidato à sua transformação em notícia e esquecer outro acontecimento. Estão divididos em dois sub-grupos: substantivos - que dizem respeito à avaliação direta do acontecimento em termos da sua importância ou interesse como notícia - e contextuais - que dizem respeito ao contexto de produção da notícia. Os valores notícia de construção são qualidades da sua construção como notícia e funcionam como linhas guias para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que

¹⁰Pesquisa da SECOM 2016. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>. Acesso em: 14 de outubro de 2019

deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia (TRAQUINA, 2005, p. 78).

Traquina elenca como valores notícia de seleção substantivos a morte, a notoriedade do ator principal do acontecimento, a proximidade geográfica do acontecimento, a relevância, novidade, atualidade, notabilidade, o inesperado, o conflito e a infração (TRAQUINA, 2005). Os valores referentes ao contexto da produção referem-se também a exclusividade e ao dia noticioso, que tem a ver com dias ricos em acontecimentos com valor notícia (Ibidem). Os valores notícia de construção são: simplificação, quanto mais o acontecimento é desprovido de complexibilidade, mais a notícia tem possibilidades de ser notada e compreendida; amplificação, quanto mais amplificado é o acontecimento, mais possibilidades tema a notícia de ser notada, quer seja pela amplificação do ato, do interveniente ou das supostas consequências; relevância, quanto mais sentido a notícia dá ao acontecimento, mais hipóteses a notícia tem de ser notada. Compete ao jornalista tornar o acontecimento relevante para o público; personalização, valorizar as pessoas envolvidas no acontecimento, possibilita a identificação do público com o ocorrido; dramatização, reforço dos aspectos mais críticos, lado emocional, natureza conflitual; e consonância, interpretação da notícia em um contexto familiar (Ibidem).

Ao estudar o que é notícia, Alfredo Vizeu e Flora Leite (2018) utilizam a definição de Gislene Silva sobre noticiabilidade “todo e qualquer fator que pode afetar a produção jornalística, tal como opiniões pessoais do jornalista, relação dele com suas fontes, fatores éticos e circunstâncias políticas, contexto econômico, entre outros” (SILVA *apud* VIZEU; LEITE, 2018, p. 290). Outro termo muito utilizado é o valor-notícia, definido como “a resposta à pergunta sobre que fatos são suficientemente interessantes ou significativos para serem transformados em notícia” (WOLF *apud* VIZEU; LEITE, 2018, p. 290). Os critérios substantivos referem-se também ao impacto das notícias sobre a nação, o interesse do espectador e prováveis repercussões (VIZEU; LEITE, 2018). Os autores apontam ainda o aspecto relativo a disponibilidade do material e as peculiaridades das rotinas de cada meio de comunicação. No telejornalismo, a existência de imagens de um acontecimento é relevante. Equilíbrio é outro aspecto valorizado tanto dentro da composição de um telejornal, como dentro da própria notícia veiculada, onde assuntos pesados, relacionados, por exemplo, a tragédias, são balanceados dentro de um telejornal com a apresentação de reportagens mais amenas (Ibidem).

De fato, os valores notícia são um elemento básico da cultura jornalística, partilhados entre os profissionais e veículos de comunicação. Contudo, não são imutáveis, sendo modificados de acordo com a época histórica, localidade, empresa jornalística, tendo em conta que as políticas editoriais influenciam diretamente no processo de seleção dos acontecimentos. Os critérios de seleção comumente utilizados não esgotam as possibilidades e motivações para a escolha de uma pauta noticiosa (TRAQUINA, 2005).

Os modos que as notícias dos telejornais são construídas atribuem significados à realidade e tendem a não representar a diversidade de vozes e pluralidade de pontos de vista sobre um determinado acontecimento (BECKER, 2009). Considera-se, entretanto, que o telejornalismo praticado pelas emissoras públicas, seja, potencialmente, uma alternativa aos noticiários televisivos das emissoras privadas e se diferencie pela inclusão dos grupos menos favorecidos em seus relatos.

Como exposto anteriormente, a legislação brasileira garante alguns parâmetros para maior representação da pluralidade da população. O Estatuto da Igualdade Racial determina que as produções dos meios de comunicação valorizem a herança cultural e a participação da população negra na história do país (BRASIL, 2010). Dessa forma, observando os critérios de noticiabilidade e as principais diretrizes desta legislação, é possível verificar como e porque no telejornalismo determinados acontecimentos e aspectos são escolhidos em detrimento de outros em enunciações sobre a negritude no Brasil.

A partir da premissa de que no jornalismo da TV pública há maior representação das minorias, em especial da população negra, serão estudados os sentidos da negritude construídos nos relatos do telejornal Repórter Brasil, produzido e veiculado pela TV Brasil, por meio da Análise Televisual (BECKER, 2012) das matérias veiculadas no noticiário em três semanas distintas. Assim, pretende-se conhecer melhor como a televisão pública atribui valores à população negra no país.

4. A NEGRITUDE NO REPÓRTER BRASIL

Para analisar as possíveis representações da população negra no telejornalismo da TV pública, utilizou-se a metodologia da Análise Televisual (AT), desenvolvida por Beatriz Becker, que propõe três etapas para análise do objeto estudado: 1) Descrição do Objeto; 2) Análise Televisual, e 3) Interpretação dos Resultados (BECKER, 2012). A segunda etapa da metodologia, a AT, propriamente dita, é formada por um estudo quantitativo e qualitativo. Na etapa quantitativa são observadas seis categorias: 1) Estrutura do Texto; 2) Temática; 3) Enunciadores; 4) Visualidade; 5) Som; 6) Edição (Ibidem, p. 243). Na fase qualitativa da análise do produto audiovisual selecionado são aplicados três princípios de enunciação: 1) Fragmentação; 2) Dramatização; 3) Definição de Identidade e Valores (Ibidem, p. 244).

A metodologia da Análise Televisual é amparada em contribuições, dos Estudos Culturais, de teorias de comunicação e jornalismo e de Semiologia dos Discursos Sociais, sobretudo, de três postulados sistematizados por Milton José Pinto. Assim, ao utilizar este percurso metodológico pretende-se “conhecer, compreender e interpretar os sentidos das obras audiovisuais elaborados pela produção, os quais circulam, são apreendidos e reconfigurados pela recepção” (PINTO *apud* BECKER, 2012, p. 240). Segundo Becker “todo fenômeno social é um processo de produção de sentido e todo produto de cultura pode ser visto como um discurso” (BECKER, 2012, p. 240). A pesquisadora afirma ainda que a Comunicação é parte de um mercado simbólico onde a disputa pela supremacia na construção do sentido dominante acontece no e pelo discurso; e relativiza o “poder da mídia frente a hegemonia do receptor” (Ibidem, p. 240), tendo em vista que o discurso é formado por diversas vozes, sob as quais o enunciador não possui total controle. Nesse sentido, a metodologia proposta auxilia uma leitura crítica das visibilidades e invisibilidades da negritude no telejornalismo produzido pela Rede Brasil, mais especificamente, pelo telejornal do horário nobre da emissora Repórter Brasil.

4.1 Descrição do objeto

Esta pesquisa está diretamente ligada ao entendimento de que o sistema de radiodifusão brasileiro é, constitucionalmente, estruturado em três vertentes, pública, estatal e privada. Como já visto, a comunicação pública deve exercer uma função diferenciada em diferentes representações da diversidade cultural e étnica do país. Como o telejornalismo

que o noticiário tem em média 20 minutos diários de duração, com tempo médio de produção semanal, de segunda a sexta, de 1h30 minutos. O *corpus* da análise constituído pelo material coletado nas três semanas indicadas totaliza 4h53 minutos de conteúdo noticioso. Neste período, o Repórter Brasil produziu 160 matérias, com tempo médio de duração de cada reportagem de 52 segundos a 1 minuto.

4.2 Análise Televisual Quantitativa

A segunda etapa da metodologia é subdividida em duas partes: as análises quantitativa e qualitativa. As características do objeto de estudo são esmiuçadas no estudo quantitativo, por meio da aplicação das seis categorias acima referidas. A primeira categoria a ser aplicada na análise quantitativa da AT é a *Estrutura da Narrativa*, que permite entender “o modo como o produto audiovisual se apresenta”, considerando, especificamente, as maneiras como as narrativas são organizadas (BECKER, 2012, p. 243).

O conteúdo do Repórter Brasil analisado foi observado no site oficial da emissora TV Brasil, onde as edições do telejornal são disponibilizadas de maneira fracionada, por notícias, impossibilitando, assim, a análise de determinados elementos que caracterizam a estrutura narrativa do telejornal veiculado em tempo real na TV aberta, como, escalada, intervalo comercial e quantidade de blocos.

Entretanto, foi possível analisar um conjunto de 160 matérias do Repórter Brasil nos três períodos observados, todas apresentadas por um casal de âncoras. A maioria das matérias manteve a estrutura tradicional de reportagens televisivas: voz *off* do repórter com imagens dos acontecimentos, passagem do repórter (presença do jornalista no vídeo) e depoimentos (sonoras).

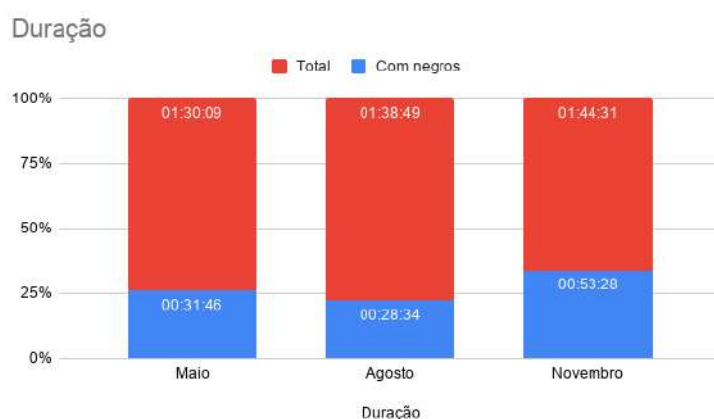
A estrutura textual do telejornal resume os principais acontecimentos nacionais e internacionais do dia, agrupando matérias de diversos locais do país, com correspondentes na Argentina e nos EUA. A cidade que respondeu pela maior quantidade de produções foi São Paulo, seguida do Rio de Janeiro e de Brasília. Nas notas cobertas sobre acontecimentos internacionais, verificou-se o uso de vinhetas de transição. Durante as eleições presidenciais de 2018, houve um aumento de entradas ao vivo, a maioria delas realizadas de Brasília e do Rio de Janeiro. Em todas as edições analisadas, percebeu-se o uso de infográficos para ilustrar matérias baseadas em dados estatísticos. Com esse *corpus* foi possível observar que

o Repórter Brasil tem um formato tradicional de telejornal, com tempo de duração, conteúdo e estrutura similar ao encontrado nas demais emissoras de TV aberta.

A categoria *Temática* é utilizada para identificar os assuntos destacados na construção das narrativas do objeto estudado, ou seja, permite revelar “os conteúdos e os campos temáticos privilegiados num determinado produto audiovisual” (BECKER, 2012, p. 243). Em todo *corpus* analisado as matérias produzidas pelo Repórter Brasil apresentaram conteúdos diversos, englobando assuntos ligados à política, economia, segurança, educação, saúde e variedades. Das 160 reportagens analisadas, 57 possuíam alguma relação com a população negra, representando 1h53 minutos de notícia com a presença de negros, o equivalente a 36% do total analisado.

No gráfico 1, representado abaixo e elaborado pela autora, pode-se verificar o tempo total de conteúdo analisado em cada um dos três períodos estudados, assim como o tempo de duração de matérias com presença da população negra nas reportagens observadas.

Gráfico 1: Tempo de duração das matérias e presença da população negra



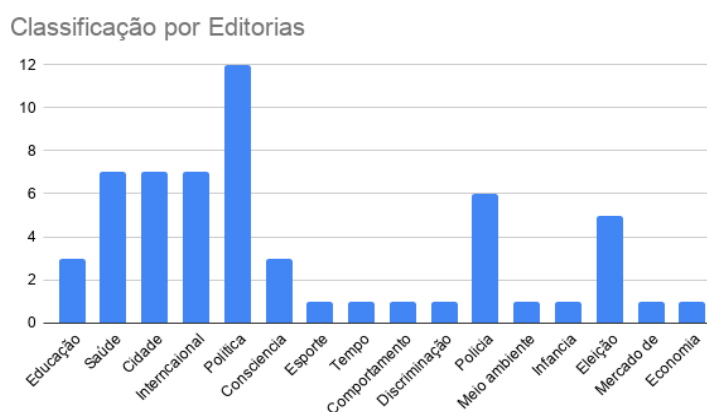
Fonte: Autoria própria

Tendo em vista que tanto a diversidade de programas e de conteúdos destinados a audiências distintas quanto a descentralização dos meios são essenciais para a qualidade das informações jornalísticas (Idem, 2009), verificou-se nessas reportagens diferentes formas de inserção da negritude no telejornalismo, seja por meio de alguma abordagem da temática negra, ou da inclusão do negro como personagem, e/ou fonte, e/ou enunciador, e/ou ainda em “segundo plano”. Considera-se nesta pesquisa a inserção da negritude em “segundo

plano”, quando imagens dos afrodescendentes são utilizadas apenas em *offsets* de reportagens ou em momentos em que a população negra aparece ao fundo do vídeo sem participação ativa na matéria. Nestas situações, o protagonismo da população afrodescendente não é favorecido, ainda que a imagem do negro esteja presente.

Comparando os três períodos analisados, pode-se perceber que os afrodescendentes ganham espaço no telejornal principalmente em notícias factuais ou em matérias que apresentavam dados estatísticos. No entanto, em geral, essas reportagens não são diretamente relacionadas às condições socioeconômicas da população negra. A editoria com maior presença de negros foi a “Política”, seguida de “Internacional”, “Cidade” e “Saúde”, conforme gráfico 2.

Gráfico 2: Inserção da negritude a partir das Editorias do Repórter Brasil



Fonte: Autoria própria

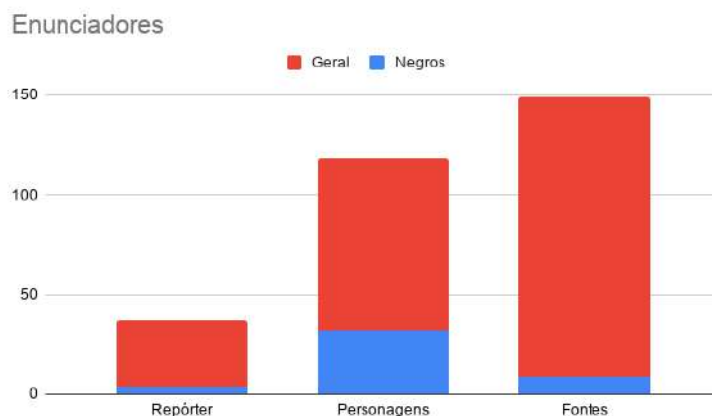
Houve destaque para a editoria “Política/ Eleição” a partir de agosto, por conta das reportagens terem sido encabeçadas por um jornalista negro. A aplicação da metodologia evidenciou que no período não associado às datas comemorativas relacionadas à população negra, a representação da diversidade racial da população brasileira foi consideravelmente reduzida. Contudo, foi possível observar também que durante a primeira semana analisada, anterior ao dia da Abolição da Escravatura, não houve nenhuma referência a data, enquanto na semana da Consciência Negra, reportagens enfatizaram a data comemorativa e diversas temáticas envolvendo o movimento negro ganharam destaque, assim como personagens e fontes afrodescendentes.

A aplicação da categoria *Enunciadores* possibilita “identificar os atores sociais que participam da narrativa” e “observar “as diferentes vozes presentes e ausentes nos relatos” (BECKER, 2012, p. 243). Assim, foi possível aferir a presença de apresentadores, repórteres, fontes e personagens negros no material analisado. Em todo *corpus* analisado a edição noturna do Repórter Brasil foi sempre apresentada por um casal de jornalista. Oussama El Ghaouri e Pedro Pontes dividiram a bancada com Katiúscia Neri, não havendo assim negros como âncoras do telejornal. Do total de 33 repórteres que atuaram nas matérias analisadas, apenas quatro eram negros: Paulo Leite (Brasília), Tatiana Costa (Maranhão), Alberto Pantoja (Maranhão) e Paolo Xavier (Minas Gerais).

A partir de agosto, com a proximidade das eleições, o repórter Paulo Leite passou a ser figura recorrente no telejornal apresentando matérias sobre política, inclusive com entradas ao vivo, direto de Brasília. A repórter Tatiana Costa, da afiliada da TV Brasil no Maranhão, apareceu em três reportagens, cobrindo notícias de “Educação” e “Tempo”. Paulo Leite e Tatiana Costa apresentaram 14 matérias veiculadas no período estudado, nenhuma com temática diretamente ligada ao movimento negro. Os outros jornalistas negros participaram poucas vezes no telejornal nas edições das semanas analisadas. Das 160 reportagens, apenas 21 foram apresentadas por repórteres negros.

Levando em consideração a inserção de negros como personagens das matérias, foi possível aferir que do *corpus* total analisado, negros foram ouvidos em 22 reportagens e, em algumas destas matérias, mais de uma pessoa negra foi ouvida. A personalização é um valor notícia de construção que “permite ao jornalista comunicar a um nível em que um vasto público composto por não profissionais é capaz de entender” (TRAQUINA, 2005, p. 92). No período considerado aleatório, referente a semana analisada do mês de agosto, a participação de negros como personagens foi consideravelmente menor, sendo verificada apenas em três reportagens.

Durante a semana da data da Consciência Negra, as reportagens nitidamente valorizaram mais a voz da população negra, com a participação de cidadãos afrodescendentes opinando sobre temas diversos e pautas diretamente relacionadas com a data comemorativa. Das 57 matérias analisadas com a participação de afrodescendentes, negros atuaram como fonte somente em 5 reportagens e apareceram apenas como personagens ilustrativos ao fundo do vídeo, sem participação ativa na matéria, em 15 reportagens. O Gráfico 3 abaixo representa os enunciadores e a participação de pessoas negras como repórteres, personagens e fontes no telejornal RB nos períodos observados.

Gráfico 3: Enunciadores

Fonte: Autoria própria

Segundo Becker, “é imprescindível que o repórter assimile a importância das múltiplas fontes de apuração e uma abordagem do fato que estimule uma reflexão sobre o acontecimento” (BECKER, 2001, p. 172). A baixa participação de enunciadores negros no telejornal revela ausência de contextualização de assuntos ligados à negritude e superficialidade na exibição destas temáticas.

A categoria *Visualidade* aplicada na análise de um produto audiovisual aponta como são constituídos os cenários, os figurinos e os recursos gráficos e multimídia da obra (Idem, 2012, p. 243). A aplicação dessa categoria permitiu verificar uma mudança no formato de apresentação do Repórter Brasil. Em outubro de 2018, uma alteração no cenário do telejornal proporcionou maior mobilidade para os apresentadores, quebrando o clima formal do programa. Nas edições analisadas de maio e agosto os âncoras se posicionavam atrás de uma bancada nas cores branca e grená, localizada à frente de um fundo geométrico cinza, azul e grená. Em algumas reportagens, o movimento da câmera enquadrava um pequeno monitor instalado na lateral direita do cenário, onde eram exibidas as entradas ao vivo. A partir de novembro, a bancada foi abolida do RB e os âncoras passaram a apresentar este telejornal em pé. O cenário ganhou um grande monitor centralizado no fundo do estúdio, onde o nome do noticiário e as reportagens passaram a serem exibidos, conforme Figura 1.

Figura 1: Mudança no cenário



Fonte: Site TV Brasil¹²

Segundo Becker, a categoria *Som* oferece possibilidade de perceber “como os elementos sonoros, palavras, ruídos, trilha sonora etc. estão relacionados aos elementos visuais e participam da construção da narrativa e dos sentidos do texto” (BECKER, 2012, p. 243). Som ambiente e ruídos naturais captados em gravações externas caracterizam a sonorização da maioria das matérias. Nas reportagens ligadas ao dia da Consciência Negra deu-se ênfase às músicas com temática afro, como na matéria “Quilombo dos Palmares celebra o dia da Consciência Negra”¹³.

A categoria *Edição* é utilizada para desvelar processos de montagem da obra audiovisual e compreender como as principais características das narrativas jornalísticas audiovisuais, as combinações entre o texto verbal e a imagem, produzem sentidos (Ibidem). A aplicação desta categoria permitiu verificar como o uso de recursos visuais atrelados ao texto falado, reforça determinados sentidos dos textos apresentados pelo telejornal.

Foi possível verificar que apenas duas, das 57 matérias relacionadas à negritude no período observado, fizeram referência a situação socioeconômica da população negra, refletindo sobre a desigualdade social. Nestas, cujos títulos eram “Brasil registrou a morte de 29 jovens por dia em 2016, diz Unicef”¹⁴ e “6 em cada 10 crianças e adolescentes vivem com privação no Brasil”¹⁵, o telejornal utilizou recursos gráficos ao mencionar os dados

¹²Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2018/05/dois-mortos-no-edificio-do-largo-do-paissandu-sao-identificados> e <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2018/11/quilombo-dos-palmares-celebra-dia-da-consciencia-negra>. Acesso em 20 de outubro de 2019.

¹³¹³Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2018/05/dois-mortos-no-edificio-do-largo-do-paissandu-sao-identificados>; <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2018/11/quilombo-dos-palmares-celebra-dia-da-consciencia-negra>. Acesso em 20 de outubro de 2019.

¹⁴ Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2018/05/brasil-registrou-morte-de-29-jovens-por-dia-em-2016-diz-unicef>

¹⁵ Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2018/08/6-em-cada-10-criancas-e-adolescentes-vivem-com-privacao-no-brasil>. Acesso em: 14 de outubro de 2019.

estatísticos referentes às condições de vida do negro no país, como demonstrado na Figura 2.

Figura 2: Dados da população negra



Fonte: Site TV Brasil¹⁶

Percebeu-se também a relação direta entre desigualdade social e o uso da imagem de pessoas negras. A partir do *corpus* coletado, foi possível identificar que os repórteres não problematizam as dificuldades sociais que a população negra enfrenta. No exemplo abaixo, ao apresentarem a reportagem sobre o dia da Consciência Negra, os âncoras não se aprofundaram na temática e na relevância do tema, apenas conferiram destaque ao assunto da matéria.

LOCV2 Katuscia Neri	SÍMBOLO DE LIBERDADE E PRESERVAÇÃO DA CULTURA AFRO BRASILEIRA, A SERRA DA BARRIGA, LOCALIZADA EM ALAGOAS, ABRIGOU O MAIOR E MAIS EMBLEMÁTICO QUILOMBO DE ESCRAVOS DURANTE O PERÍODO COLONIAL, O QUILOMBO DOS PALMARES.
LOCV1 Oussama El Ghaouri	TRANSFORMADO EM UM PARQUE MEMORIAL, O ESPAÇO RECEBEU HOJE CENTENAS DE PESSOAS PARA CELEBRAÇÃO DO LEGADO DE LUTA E RESISTÊNCIA DA POPULAÇÃO AFRICANA ESCRAVIZADA AQUI NO PAÍS.

¹⁶Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2018/05/dois-mortos-no-edificio-do-largo-do-paissandu-sao-identificados> e <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2018/11/quilombo-dos-palmares-celebra-dia-da-consciencia-negra>. Acesso em 20 de outubro de 2019.

Neste exemplo, nota-se a aplicação do critério de noticiabilidade de simplificação na apresentação dos temas (TRAQUINA, 2005), faltando assim um argumento crítico sobre o assunto abordado. Negros e negras ganharam visibilidade em 1/3 das reportagens, mas na maioria das vezes ou como personagens, em entrevistas curtas, relatando algum acontecimento ou experiência, ou em segundo plano, sem participação ativa na matéria. A participação de negros enquanto fontes de informação, representando a voz do especialista na notícia relatada, foi equivalente a 8% do *corpus* analisado.

4.3 Análise Televisual Qualitativa

Na aplicação da análise qualitativa, utiliza-se três princípios de enunciação: Fragmentação, Dramatização e Definição de Identidades e Valores. Por meio da aplicação destes princípios, o estudo qualitativo permite conhecer e reconhecer os modos que as narrativas audiovisuais produzem sentidos e como são atribuídos valores e significações às temáticas privilegiadas nesses relatos. O primeiro, a *Fragmentação*, corresponde ao “caráter condensado, enxuto, comum a toda a programação televisiva, que prioriza programas de curta duração” (BECKER, 2012, p. 244). Aplicando este princípio de enunciação na observação do *corpus* coletado do telejornal Repórter Brasil, foi possível observar que não há ligação direta entre os temas tratados no telejornal. Percebeu-se que os apresentadores fazem apenas uma rápida explicação ou justificativa para o tema da reportagem que será exibida, após a veiculação de uma matéria anterior sem relação direta com o assunto a ser enunciado. Assim, identifica-se, falta de contextualização dos temas abordados nas matérias apresentadas.

No exemplo abaixo, em uma matéria exibida em 7 de maio, com o título “Começam as inscrições para o Enem 2018”¹⁷, o apresentador encerra o vídeo com uma breve informação sobre o Exame.

LOCV1 Oussama El Ghaouri	E SÓ PRA REFORÇAR AS INSCRIÇÕES VÃO ATÉ O DIA 18 DE MAIO E SÃO FEITAS NO SITE ENEM.INEP.GOV.BR.
-----------------------------------	---

¹⁷ Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2018/05/comecam-inscricoes-para-o-enem-2018>. Acesso em 20 de outubro de 2019.

Em seguida, a matéria veiculada nesta edição é “STJ envia à primeira instância ação penal contra governador da Paraíba”¹⁸ da Editoria Política. Além das matérias não serem da mesma editoria, os apresentadores não fazem uma ligação entre um assunto e outro. Quando “as notícias são apresentadas como um mosaico, raramente oferecem a oportunidade de realizar interligações indispensáveis para correta apreensão dos problemas sociais” (BECKER, 2001, p. 210).

LOCV2 Katuscia Neri	O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA MANDOU PARA PRIMEIRA INSTÂNCIA UMA ACÇÃO PENAL CONTRA O GOVERNADOR DA PARAÍBA, RICARDO VIEIRA COUTINHO, POR SUPOSTOS CRIMES COMETIDOS DEPOIS DE ASSUMIR O CARGO.
---------------------------	---

Essa forma de apresentação, comum nos telejornais, induz o telespectador, na ausência de uma visão crítica, a “experimentar a realidade do modo como é enunciada pelo âncora” (Ibidem, p. 210). Levando assim a uma compreensão, muitas vezes, fragmentada e desconexa, dos acontecimentos sociais.

O princípio da *Dramatização* “corresponde à natureza ficcional da narrativa, envolvendo emocionalmente o telespectador ou o usuário no processo de leitura de um texto audiovisual” (Idem, 2012, p. 244). Na reportagem “União dos Palmares celebra o Dia da Consciência Negra”¹⁹, foi possível perceber o uso de determinadas palavras, com o sentido de apelar para o emocional do telespectador.

Repórter Carlos Molinari	NÃO ADIANTOU OS PORTUGUESES EXTINGUIREM O QUILOMBO, O MESMO SOLO ESTAVA REPLETO DE GENTE. GENTE FELIZ, QUE CANTA, QUE DANÇA, QUE TEM ORGULHO DE SUA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA E QUE AINDA HOJE LUTA PELA IGUALDADE.
--------------------------------	---

Para Becker, a dramatização “envolve emocionalmente o telespectador, como uma montagem cujos procedimentos são semelhantes ao da ficção” (Idem, 2001, p. 211). Esta estratégia de enunciação transmite não só os acontecimentos em si, mas uma impressão ilusória da atualidade (Ibidem) e corresponde a um dos critérios de noticiabilidade citados por Traquina (2005). O uso das palavras “orgulho”, “resistência” e “igualdade”, remetem à

¹⁸ Disponível em: <http://tvbrasil.etc.com.br/reporter-brasil/2018/05/stj-envia-primeira-instancia-acao-penal-contr-governador-da-paraiba>. Acesso em 20 de outubro de 2019.

¹⁹ Disponível em <http://tvbrasil.etc.com.br/reporter-brasil/2018/11/quilombo-dos-palmares-celebra-dia-da-consciencia-negra>. Acesso em 21 de outubro de 2019.

história da população negra no país, mas não conduzem a uma reflexão consistente sobre o passado dos afrodescendentes.

O princípio da *Definição de Identidade e Valores*, por sua vez, “permite conhecer as marcas enunciativas da narrativa audiovisual referentes aos valores atribuídos a problemas e conflitos locais e globais e os modos como são julgados e qualificados” (BECKER, 2012, p. 244). A aplicação deste princípio permitiu verificar como diferentes elementos atribuem sentidos específicos à população negra.

A partir da reportagem “União dos Palmares celebra o Dia da Consciência Negra”, verificou-se a conotação religiosa atribuída aos negros no Brasil. A escolha das palavras “fiéis” e “romaria” usadas na comparação com a fé católica, juntamente com imagens de pessoas aparentemente humildes, caminhando por um chão de terra, como representado na Figura 3 abaixo, denotam, por exemplo, um sentido de comunhão religiosa, onde diversas fés poderiam conviver pacificamente.

Repórter Carlos Molinari	É UMA ESPÉCIE DE ROMARIA, ASSIM COMO HÁ FIEIS QUE VÃO A APARECIDA OU A SÍRIO DE NAZARÉ, HÁ TAMBÉM A DEVOÇÃO PELA MEMÓRIA DE ZUMBI, NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DOS PALMARES, EM ALAGOAS.
--------------------------------	--

Figura 3: Identidade e Valores



Fonte: Site TV Brasil ²⁰

Assim, “o ambiente visual, as instalações, os objetos e as pessoas em referência atribuem sentidos ao fato social e reafirmam o que está sendo apresentado” (BECKER, 2001,

²⁰ Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2018/11/quilombo-dos-palmares-celebra-dia-da-consciencia-negra>.

p. 220). Observou-se também uma ênfase na fala de um peregrino que chega ofegante ao local, demonstrando o sacrifício realizado para prestigiar a celebração. Mais uma vez há um elo entre valores da fé católica e a fé afro-brasileira.

Sonora Flavio Brito	JÁ É TRADIÇÃO A GENTE SUBIR. TODO ANO A GENTE VEM. POR RESPEITO A CULTURA, RESPEITO AOS NEGROS, RESPEITO A HISTÓRIA DE ZUMBI.
---------------------------	---

Ao relacionar esses valores e identidades distintas, por meio do uso de recursos audiovisuais, o telejornal permite uma maior compreensão de conceitos ligados a cultura afro. Contudo, esses efeitos de sentido dependem do modo como a audiência interage com a informação recebida (BECKER, 2012, p. 245). Ainda que haja determinada intenção na escolha dos atores de uma notícia, não há garantia de que o significado pretendido pela produção será compreendido pelo público da mesma forma, uma vez que é aberto às possíveis interpretações, como a leitura crítica das representações da negritude no Repórter Brasil sistematizada nesta monografia.

4.4 Interpretação dos Resultados Alcançados

A partir da aplicação da Análise Televisual foi possível perceber que o telejornal Repórter Brasil mantém uma estrutura visual e narrativa semelhante aos telejornais tradicionais da mídia privada. Apresentado por dois ancoras, geralmente um casal, o jornal inovou ao colocar seus apresentadores de pé. Contudo, está é uma tendência já adotada por outros noticiários.

A população negra foi inserida no telejornal principalmente em temas sobre “Política”, e essa inserção resultou apenas da presença recorrente de um repórter negro encabeçando as reportagens. Apesar da presença de um jornalista negro, não houve destaque à negritude em nenhuma matéria sobre política. As demais editorias com maior presença de negros, em sua maioria, também não abordaram temas ligados à população negra. Como fontes, pessoas entrevistadas para fornecer informações oficiais sobre o acontecimento, negros foram ouvidos em apenas 8% das reportagens, demonstrando que a maioria das informações fornecidas não conferem valor à figura do negro como especialista.

Foi possível identificar que assuntos diretamente ligados à temática negra não recebem destaque cotidianamente no telejornal, exceto em período marcado pela celebração de datas comemorativas. Durante a semana referente ao mês de novembro, percebeu-se a

inclusão de pautas levantando temas como: liberdade religiosa, racismo, representatividade e memória. No entanto, nas outras semanas, esses assuntos não foram considerados dentro da programação do telejornal. O telejornal também faz uso de imagens e palavras para conferir valor emocional a temas ligados à população negra, recurso que colabora para naturalizar na sociedade hábitos peculiares da cultura afro.

Assuntos considerando dados referentes à condição socioeconômica da população negra no Brasil foram apresentados apenas em duas reportagens, de um universo de 160. Este número expressivamente baixo evidencia a pouca abordagem de temas importantes que ajudariam a expor a desigualdade social e o racismo enfrentados pela população negra no país, em consequência de uma história marcada pelo preconceito.

A partir dos principais resultados alcançados, observa-se que a hipótese, de que a representação da população negra no Repórter Brasil seria, potencialmente, mais plural e atenderia às demandas de grupos sociais diversos não contempladas pela mídia tradicional, não se confirmou nesta pesquisa. No entanto, este e outros estudos são fundamentais para transformação do senso comum e do racismo ainda presente na sociedade brasileira, ainda que já se tenha passado mais de um século da Abolição da Escravatura.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escravidão é um capítulo da história do Brasil que ainda deixa marcas profundas e dolorosas na sociedade. Abolida há apenas 131 anos, os ideais da prática escravagista, que caracterizava o negro como mercadoria, infelizmente seguem presentes em diversas discursos e representações no país. Como foi abordado neste trabalho, a mídia é um dos meios que refletem o racismo herdado após 350 anos de violência contra a população africana traficada para o Brasil.

Na sociedade moderna, a televisão é um equipamento comum no cotidiano dos lares, funcionando como meio de entretenimento e acesso à informação. O conteúdo exibido pelas emissoras de TV aberta consegue alcançar um número expressivo de telespectadores e a abordagem utilizada para retratar certos grupos sociais, tende a se tornar referência na identificação de seus integrantes.

A comunicação pública seria um caminho alternativo para uma maior e melhor representação da população negra na televisão, tendo em vista que o sistema de radiodifusão brasileiro é majoritariamente explorado pela iniciativa privada, carregando assim valores ligados à audiência e publicidade. Dessa forma, este trabalho buscou compreender como a TV pública atribui valores e identidades aos negros nos noticiários televisivos.

A partir da contextualização do lugar ocupado pela população negra na sociedade e do desenvolvimento de um pensamento crítico a respeito da televisão, do telejornalismo e da comunicação pública, atrelado a aplicação da Análise Televisual em edições do telejornal Repórter Brasil, foi possível verificar que, embora a TV Brasil seja uma emissora do sistema de radiodifusão complementar, ancorada nos princípios da Comunicação Pública, a diversidade de representações da sociedade brasileira não foi confirmada nesta análise, como sugerido na hipótese deste trabalho.

A TV Brasil não apresenta no seu principal telejornal uma abordagem capaz de propor um novo lugar para o negro na sociedade e os valores e identidades atribuídos à negritude não colaboram efetivamente para uma mudança na forma como os negros são vistos e tratados no país. Apesar de haver dispositivos legais que salientam a importância da inserção do negro nas manifestações artísticas televisivas, não foi observada uma forma alternativa de tratamento à população negra no noticiário da TV Brasil.

A hipótese apresentada de que a representação da população negra no Repórter Brasil seria, potencialmente, mais plural e atenderia às demandas de grupos sociais diversos não

contempladas pela mídia tradicional, não foi comprovada. Percebeu-se que a reduzida presença de profissionais negros a frente do telejornal e das reportagens, a baixa inserção de vozes negras como especialistas dos assuntos abordados e a falta de aprofundamento em questões essenciais para reflexão da população sobre temas como racismo e desigualdade, somente reiteram os conceitos racistas arraigados na sociedade brasileira.

Apesar disso, este trabalho não encerra a questão da representatividade negra no telejornalismo da comunicação pública no Brasil. É possível ainda aprofundar este tema analisando outras minorias sociais, como mulheres e LGBTQs. Nessa mesma perspectiva, a análise poderia considerar outros períodos, sem ligação com datas comemorativas e até mesmo consecutivos, visando perceber modos recorrentes de abordar e veicular assuntos atrelados a esses grupos.

Diante das mudanças políticas ocorridas nos últimos anos, que afetaram diretamente a proposta pública da TV Brasil, seria válido também realizar uma análise do Repórter Brasil ao longo dos 12 anos de existência do telejornal. Verificando assim, como o cenário político afeta o conteúdo do noticiário que, teoricamente, não deveria atender as demandas do governo vigente.

Apesar da hipótese desta pesquisa não ter sido comprovada nesta monografia, como esperado, esta investigação evidencia a importância de estudar os modos como os meios de comunicação constroem representações de grupos sociais, o que afeta a experiência cotidiana. Nesse sentido, é relevante buscar alternativas para que haja uma maior e melhor participação na mídia dos grupos historicamente marginalizados. Esta pesquisa foi muito importante para a minha formação, bem como a experiência como bolsista PIBIC e, sobretudo, a oportunidade de estudar na Escola de Comunicação da UFRJ. Nestes cinco anos, tive a oportunidade de conhecer mais da origem da população afro-brasileira e, assim, perceber o quanto a Comunicação é essencial para que haja uma verdadeira mudança na forma como a sociedade lida com as diferenças, especialmente, as raciais.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSEN, Benedict. **Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARBOSA, Marialva. **História da Comunicação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **História Cultural da Imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BRASIL. Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008. Lei de criação da EBC. Brasília, DF, abril de 2008.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF, julho 2010.

BECKER, Beatriz. Análise Televisual Convergente: um procedimento metodológico para leitura crítica dos processos comunicativos de telejornais e programas televisivos. **Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica**. n. 42, set-dez, 2019, p. 69-81.

_____. Mídia e jornalismo como formas de conhecimento: uma metodologia para leitura crítica das narrativas jornalísticas audiovisuais. **Revista Matrizes**, São Paulo, Ano 5, n. 2, jan/jun, p. 231-250, 2012.

_____. Jornalismo audiovisual de qualidade: um conceito em construção. Estudos em Jornalismo e Mídia. Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 95-111, nov. 2009. ISSN 1984-6924.

_____. **Brasil 2000: 500 anos do descobrimento nos noticiários da teve**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2001.

BECKER, Beatriz; SILVA, Rafael Pereira. Representações e (in) visibilidades da negritude no telejornalismo brasileiro: o negro e as relações étnico-raciais são notícias na TV? **E-book Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**, Intercom, São Paulo, 2018, p. 208-223.

CABRAL, Adilson. Nem privado nem estatal: a ideia de público como um sistema de comunicação. E-Compós, v. 15, n. 1, 2012.

CORREIA, Francisca F. B; MOURA, Marfisa M.M. Estatuto da Igualdade Racial: Conquistas de direitos e políticas para o enfrentamento às desigualdades referente à população negra. XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. UFES. Espírito Santo. v. 16, n.1, 2018.

COUTINHO, Iluska; FILHO, José Tarcísio Oliveira; A matriz de avaliação e o índice de qualidade como suportes para aferição da qualidade do telejornalismo nas emissoras públicas. XXV Encontro Anual da Compós, Goiânia, 2016.

CUNHA, Camila Rosângela da Silva. et al. Possibilidades de pesquisa na História do Tempo Presente a partir do acervo audiovisual da TVE. In: **Tvs públicas: memórias de arquivos audiovisuais**. São Leopoldo: Oikos, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Editora Globo, 5 ed, São Paulo, 2008.

FRANÇA, Valter. **Onde estão os negros no telejornalismo: estratégias para o apagamento do preconceito racial no trabalho.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

FREIRE FILHO, João. Mídia, estereótipo e representação das minorias. *Eco-Pós*, Rio de Janeiro. v. 7, n. 2, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 10a ed. Rio de Janeiro: Dp&a; 2005.

LISBOA, Silvia; BENETTI, Marcia. O jornalismo como crença verdadeira justificada. **Brazilian Journalism Research.** v. 11, n. 2, 2015.

MACHADO, Sátira Pereira; ROSA, Rosane; BRIGNOL, Liliane Dutra. Representações da negritude e de branquitude na produção audiovisual “Dear White People”: tensões e negociações entre identidade e diferença. **Revista ContraCampo** - UFF. v. 38, n. 2, 2019.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Os exercícios do ver: Hegemonia audiovisual e ficção televisiva.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001.

MATOS, Juliana de Sousa. Identidade do país sob outro olhar televisivo: análise da produção de vínculos entre audiência e o telejornal Repórter Brasil. Alcar, I Encontro de História da Mídia da Região Norte, Tocantins, 2010.

MOYSES, Diogo; VALENTE, Jonas; SILVA, Sivaldo Pereira da. Sistemas públicos de comunicação: panorama analítico das experiências em doze países e os desafios para o caso brasileiro. In: **Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro.** (Coleção Comunicação). São Paulo: Paulus, Intervezes, 2009.

NITAHARA, Akemi; LUZ, Cristina Rego Monteiro da. Da expansão ao retrocesso: mudanças na Agência Brasil de 2015 a 2018. *Pauta Geral - Estudos em Jornalismo*, v. 6, n. 1, p. 95-111, 24 jul. 2019a.

_____. As origens da TV Brasil - Marcos fundacionais e legais da emissora pública. II Congresso Televisões. Niterói, RJ. 2019b.

RIBEIRO, Fernanda; MAINIERI, Tiago. O telejornalismo como ferramenta para a comunicação pública. **Revista BJR**, v. 8, n. 2, 2012, p. 154 – 172.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo.** Editora Brasiliense, 1984.

SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 8º ed. 2010.

_____. **Claros e Escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil.** 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SOVIK, Liv. Por que tenho razão: branquitude, estudos culturais e a vontade de verdade acadêmica. **Revista Contemporânea**, v. 3, nº 2, p. 159-180, 2005.

_____. A branquitude e o estudo da mídia brasileira: algumas anotações a partir de Guerreiro Ramos. Intercom, XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador. Set 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo Volume II: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.

VIEIRA, Allana Meirelles; CHAVES, Roberta Braga; COUTINHO, Iluska. A representatividade e a abrangência dos telejornais públicos Repórter Brasil e Jornal da Cultura. **Revista Iniciacom**, 2014.

VALENTE, Jonas. **TV pública no Brasil: a criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009a.

_____. Concepções e abordagens conceituais sobre sistema público de comunicação. In: **Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro**. (Coleção Comunicação). São Paulo: Paulus, Intervezes, 2009b.

VIZEU, Alfredo; LEITE, Flora. Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo. **Revista Observatório**, v. 4, n. 4, p. 284-307, 2018.

WILLIAMS, Raymond. **Televisão: Tecnologia e forma cultural**. Belo Horizonte, MG: PUCMinas, 2016.